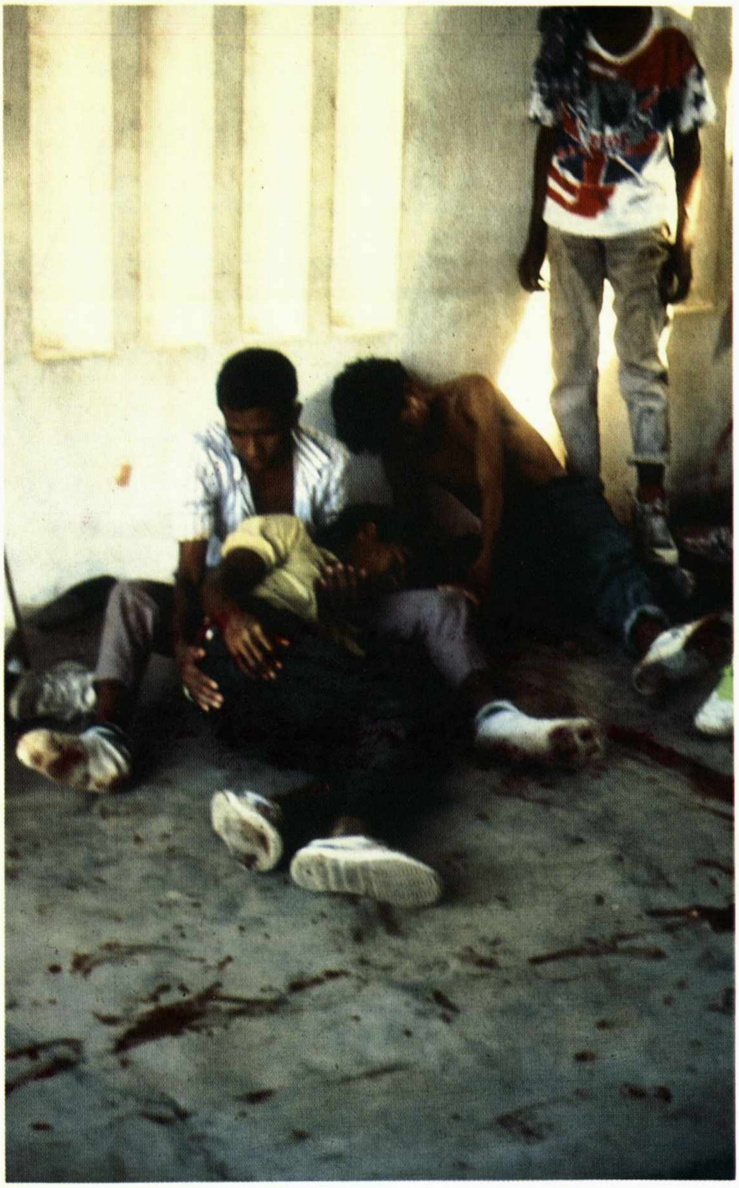
TL 19

TIMOR LESTE

SANTA CRUZ

O EXÉRCITO INDONÉSIO ATIRA CONTRA A MULTIDÃO



Timor-Leste

SANTA CRUZ

o exército indonésio atira contra a multidão

Sumário:

Editorial 3
Timor-Leste 5
ONU (resoluções) 6
Ameaças antes do dia 12 de Novembro 8
Conquistar o direito ao dialogo 9
Santa Cruz, 12 de Novembro de 1991:
- manifestação 10
- tiroteio 12
- acabar com os feridos 14
Violências depois do dia 12 de Novembro 16
Testemunhas estrangeiras
e autoridades indonésias 18
Provocações? 20
Reacções: - opinião pública internacional 22
- poderes públicos 24
- poderes e opinião pública na Indonésia 26
Comissão de inquérito 28
Novos testemunhos 30

Preparado e editado por:
A Paz é Possível em Timor Leste
Associação Eucuménica

Impresso por Neograf - Artes Gráficas - Março 1992

A Paz é Possível em Timor Leste
Rua de Campolide, 215 - 4D
1000 Lisboa
TEL: (1) 57 69 52

preço normal:	300 $
quantidades (+ de 10 ex.)	250 $
preço de apoio:	2000 $

Foto: Steve Cox / O Independente
Foto de capa: Yorkshire TV
Foto de contracapa: Steve Cox / O Independente

outros materiais de informação:

SANTA CRUZ, (edição bilingue: inglês/francês) preço normal:	450 $
quantidades (+ de 10 ex.)	400 $
preço de apoio:	3000 $
A Paz é Possível em Timor-Leste (periódico, 5 n^{os}/ano, assin.)	1000 $
Sou Timorense (testemunhos) (50 paginas - 1990)	300 $
Mulheres de Timor (32 paginas - 1991)	300 $
Timor-Leste, a luta e a esperança (video VHS, 35 min. - 1990)	4000 $
(aluguer)	1500 $

TL 19

Editorial

A necessidade de evitar novas perdas humanas foi, juntamente com argumentos jurídicos sobre o direito à autodeterminação, uma das constantes das resoluções da ONU destinadas a pedir a retirada das forças armadas indonésias estacionadas em Timor Leste.

A falta de vontade política para fazer aplicar estas resoluções conduziu Timor Leste a um verdadeiro genocídio, de que o massacre de Santa Cruz é apenas uma milésima parte.

Nenhum povo, nem no Próximo Oriente, nem na América Central, nem mesmo no Camboja, sofreu, na história recente, um genocídio comparável ao dos timorenses, proporcionalmente à população total. Entre 1975 e 1982, foram mortos 200 mil timorenses, perto de um terço da população total. O massacre prossegue.

O genocídio cultural não é menos violento que este genocídio físico. Contrariamente ao que os observadores estrangeiros possam pensar, em 1975 não houve um início de aproximação entre os ocupados e os ocupantes. A juventude timorense formada nas escolas indonésias, na língua indonésia, segundo os princípios indonésios, insurge-se contra esta violação da sua identidade, e encontra-se hoje nas primeiras linhas da contestação, como o demonstra o massacre do cemitério de Santa Cruz.

Não se registou nenhum progresso no sentido da integração de há 16 anos para cá. O sistema de ensino, os cuidados de saúde, a rede viária, a administração que a Indonésia trouxe, são considerados pelos timorenses como instrumentos de dominação.

O desenvolvimento económico é em grande parte controlado por monopólios nas mãos de uns tantos generais que praticam um colonialismo obsoleto...

São cada vez mais os indonésios que reconhecem este fracasso, mas o aparelho militar mantém a primazia na sociedade indonésia.

A responsabilidade internacional é grande neste genocídio. Os países que reconheceram e proclamaram "o direito inalienável do povo de Timor Leste à autodeterminação e independência" nada fizeram para transformar esse direito em realidade.

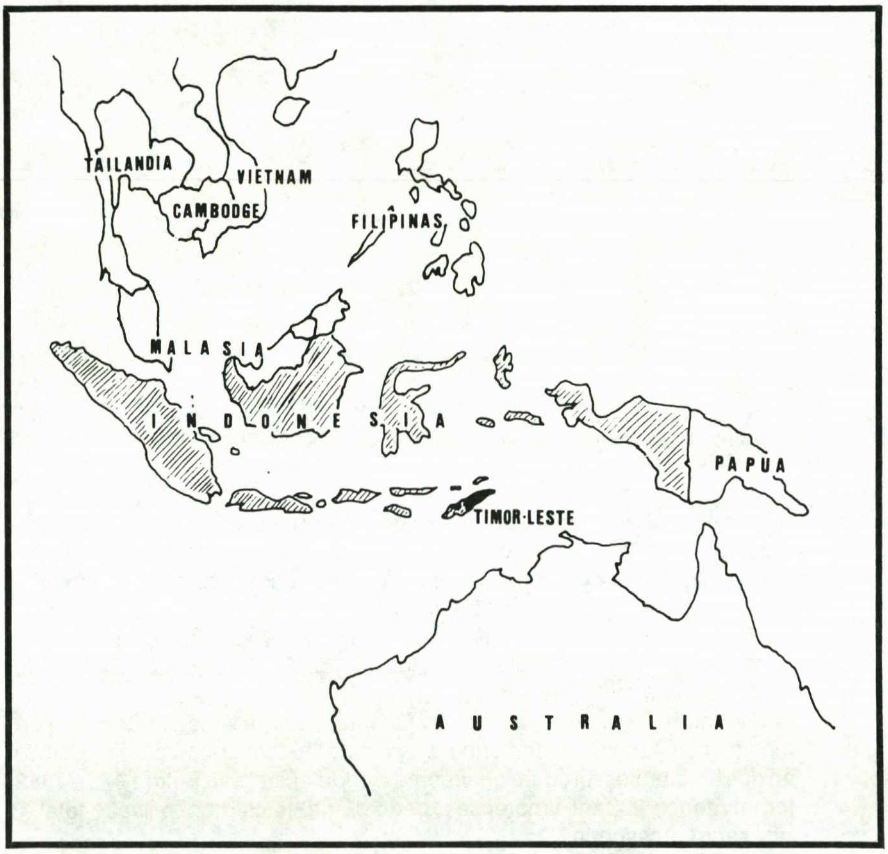
Para os responsáveis dos EUA, a luta contra o comunismo foi considerada um valor superior a esse direito, diz o 'Washington Post'.

A Austrália abre hoje mão desse direito, que pertence a outros, em troca de uns milhões de barris de petróleo.

Quantos outros puseram o comércio com a Indonésia à frente desse direito?

Os timorenses resistem, e continuam a esperar que as Nações Unidas façam aplicar as suas próprias resoluções.

A Paz é Possível em Timor Leste
Associação ecuménica


TAILANDIA
VIETNAM
CAMBODGE
FILIPINAS
MALASIA
INDONESIA
PAPUA
TIMOR-LESTE
AUSTRALIA

XANANA
GUSMÃO
SÍM
DE UN
NAC

Foto Steve Cox/ Independente

Xanana Gusmão... Símbolo de Unidade Nacional

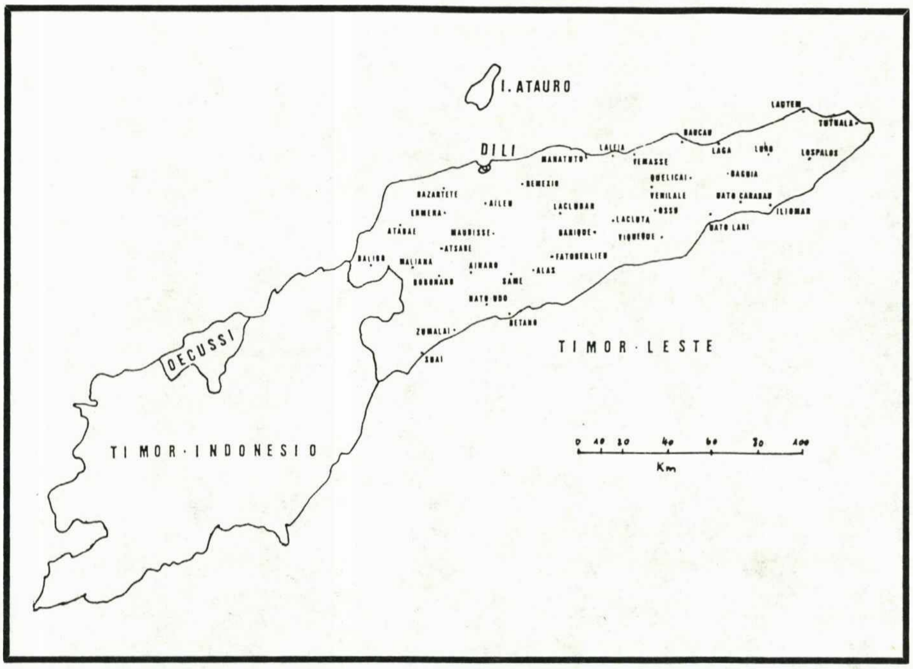
Timor Leste

18 989 km2 - 650 mil habitantes.

Na junção dos mundos malaio e melanésio, e a 500 kms a norte da Austrália.

Timor Leste é o nome dado a um pouco mais de metade da ilha de Timor, o enclave de Oecussi-Ambeno, a ilha de Ataúro e a ilhota Jaco. O resto da ilha de Timor (13 455 km2) faz parte da Indonésia.

A população foi-se formando através de cruzamentos antigos: malaios, melanésios e polinésios. Contrariamente ao resto da Indonésia, quase não teve contactos com o Islão e o hinduísmo.


I. ATAURO
DILI
MANATUTO
LALEIA
VEMASSE
BAUCAU
LAUTEM
TUTUALA
LAGA
LUÍRO
LOSPALOS
QUELICAI
BAGUIA
VENILALE
BATO CARABAU
OSSU
ILIOMAR
BATO LARI
LACLUTA
VIQUEQUE
BARIQUE
LACLUBAR
REMEXIO
AILEU
BAZARTETE
ERMERA
ATABAE
MAUBISSE
ATSABE
BALIBO
MALIANA
BOBONARO
AINARO
SAME
ALAS
FATOBERLIEU
HATO UDO
BETANO
ZUMALAI
SUAI
OECUSSI
TIMOR-LESTE
TIMOR-INDONESIO
0 10 20 40 60 80 100
Km

Os portugueses aportaram à ilha por altura de 1560, mas só se empenharam numa ocupação efectiva no início do século XX. Nessa época, os holandeses colonizavam as ilhas vizinhas e a parte ocidental de Timor.

A colónia holandesa tornou-se independente em 1949, sob o nome de Indonésia. "Indonésia é o nome político nacional das antigas Índias Orientais holandesas", declara o representante indonésio na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1954.

O derrube da ditadura em Portugal, em Abril de 1974, permite a Timor Leste dar os primeiros passos para a independência. Adam Malik, ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, reconhece este direito numa carta a Ramos Horta, membro da Fretilin, mas em Dezembro muda de opinião e declara que Timor Leste "só tem duas soluções possíveis: a união com a Indonésia ou a continuação da administração portuguesa." O Presidente Suharto confirma que "Timor não será independente" (*The Age, 10/07/75*).

Em Agosto, uma curta mas violenta guerra civil opõe os dois principais partidos timorenses, a UDT e a Fretilin. O governador português retira-se, com as poucas dezenas de militares metropolitanos de que dispõe, para a ilha de Ataúro. Em Setembro, a Fretilin controla todo o território; a luta provocou a morte de 1500 a 3000 timorenses e cerca de 30 mil refugiaram-se perto da fronteira, na parte indonésia de Timor.

A 7 de Dezembro de 1975, a Indonésia ataca a capital do território, Díli, com a complacência dos Estados Unidos, Austrália e Grã-Bretanha.

Em 1981, a Igreja Católica local, fazendo os cálculos com base nas paróquias, avalia em cerca de 300 mil o número de timorenses vítimas da ocupação, numa população local de 680 mil habitantes. Com a Amnesty International, a maior parte dos observadores consideram credível uma estimativa de 200 mil mortos, ou seja, perto de um em cada três timorenses.

Em 1983 o exército indonésio aceita conversações com Xanana Gusmão, o líder da resistência, depois tenta um novo aniquilamento por via militar.

Em 1989 a Indonésia autoriza o acesso ao território, e sem a autorização especial que até então era indispensável. Os timorenses aproveitam esta abertura para se manifestarem pacificamente, quando da passagem de visitantes estrangeiros de renome: o Papa em Outubro de 1989, o embaixador dos EUA em Janeiro e o representante do Vaticano em Setembro de 1990...

ONU: direito inalienável

O Secretário Geral da ONU Perez de Cuellar anunciou, na última sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, que Portugal e a Indonésia tinham chegado a acordo a respeito de uma visita de uma delegação de parlamentares portugueses a Timor Leste. Esta visita constituiria um passo para uma solução "justa, global e internacionalmente aceitável", com base nas resoluções da ONU.

O Conselho de Segurança, (...)

- *Reconhecendo* o direito inalienável do povo de Timor Leste à autodeterminação e à independência, em conformidade com os princípios da Carta das Nações Unidas e com a declaração sobre a concessão da independência aos países e aos povos coloniais, contida na resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral, de 14 de Dezembro de 1960,
- *Profundamente preocupada* com a deterioração da situação em Timor Leste,
- *Profunda e igualmente preocupada* com a perda de vidas humanas e consciente da necessidade urgente de evitar qualquer nova efusão de sangue em Timor Leste,
- *Deplorando* a intervenção das forças armadas da Indonésia em Timor Leste,
- *Lamentando* que o Governo português não tenha assumido plenamente as responsabilidades que lhe incumbem como potência administrante do Território, nos termos do capítulo XI da Carta,

1. *Pede* a todos os Estados que respeitem a integridade territorial de Timor Leste, assim como o direito inalienável do seu povo à autodeterminação, em conformidade com a resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral;
2. *Pede* ao Governo indonésio que retire sem demora todas as suas forças do território;
3. *Pede* ao Governo português, na qualidade de potência administrante, que coopere totalmente com a Organização das Nações Unidas, a fim de permitir ao povo de Timor Leste o exercício pleno do seu direito à autodeterminação;
4. *Insta* todos os Estados e todas as outras partes interessadas a cooperarem plenamente com a Organização das Nações Unidas nos seus esforços para alcançar uma solução pacífica para a situação existente e facilitar a descolonização do Território;
5. *Solicita* ao Secretário-geral que envie urgentemente um representante especial a Timor Leste, a fim de avaliar localmente a situação existente e tomar contacto com todas as partes no Território e com todos os Estados interessados, com vista a assegurar a aplicação da presente resolução (...)

(Resolução 384, de 22 de Dezembro de 1975)

O Conselho de Segurança, (...)

- *Reafirmando* o direito inalienável do povo de Timor Leste à autodeterminação e à independência, em conformidade com os princípios da Carta das Nações Unidas e com a declaração sobre a concessão da independência aos países e aos povos coloniais, contida na resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral com data de 14 de Dezembro de 1960,
- *Considerando* que não há que poupar esforços para criar condições que permitam ao povo de Timor Leste exercer livremente o seu direito à autodeterminação,
- *Notando* que a Assembleia Geral está ciente da questão,
- *Consciente* da necessidade urgente de pôr termo à situação sempre tensa de Timor Leste, (...)

1. *Pede* a todos os Estados que respeitem a integridade territorial de Timor Leste, assim como o direito inalienável do seu povo à autodeterminação, em conformidade com a resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral;
2. *Pede* ao Governo indonésio que retire sem tardar todas as suas forças do Território;
3. *Solicita* ao secretário-geral que encarregue o seu representante especial de prosseguir a missão que lhe foi confiada no parágrafo 5 da resolução 384 (1975) do Conselho de Segurança e de continuar as consultas com as partes interessadas;
4. *Solicita também* ao secretário-geral que prossiga a aplicação da presente resolução e submeta um relatório ao Conselho de Segurança assim que possível;
5. *Pede* a todos os Estados e a todas as outras partes interessadas que cooperem plenamente com a Organização das Nações Unidas, com vista a alcançar uma solução pacífica para a situação existente e facilitar a descolonização do Território.
6. Decide manter-se ao corrente da situação.

(Resolução 389, 22 de Abril de 1976)

à autodeterminação e à independência”

Depois de ter adoptado todos os anos, entre 1975 e 1981, resoluções favoráveis à autodeterminação de Timor Leste, mas ineficazes perante a recusa da Indonésia e a passividade dos Estados, a Assembleia Geral da ONU adopta em 1982 uma resolução que coloca a questão nas mãos do secretário-geral:

A Assembleia geral,

- Reconhecendo o direito inalienável de todos os povos à autodeterminação e à independência, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, com a declaração sobre a concessão de independência aos países e aos povos coloniais, contida na resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral com data de 14 de Dezembro de 1960, e com outras resoluções pertinentes da Organização das Nações Unidas,
- *Tendo examinado* o capítulo do relatório do Comité especial encarregado de estudar a situação no que se refere à aplicação da declaração sobre a concessão de independência aos países e aos povos coloniais relativo a Timor Leste e outros documentos pertinentes,
- *Tomando nota* do relatório do secretário-geral sobre a questão de Timor Leste (...)
- *Tendo também em mente* as suas resoluções 3485 (XXX) de 12 de Dezembro de 1975, 31/53 de 1 de Dezembro de 1976, 32/34 de 28 de Novembro de 1977, 33/39 de 13 de Dezembro de 1978, 34/40 de 21 de Novembro de 1979, 35/27 de 11 de Novembro de 1980 e 36/50 de 14 de Novembro de 1981,
- *Preocupada* com a situação humanitária que reina no território e convencida de que a comunidade internacional não se deve poupar a esforços para melhorar as condições de vida da população de Timor Leste e garantir-lhe o gozo efectivo dos seus direitos humanos fundamentais,

1. *Solicita* ao secretário-geral que inicie consultas a todas as partes directamente interessadas, com vista a encontrar os meios que permitam alcançar uma resolução global do problema, e que informe a este respeito a Assembleia Geral na sua 38ª sessão;
2. *Solicita* ao Comité especial encarregado de estudar a situação no que se refere à aplicação da declaração sobre a concessão da independência aos países e aos povos coloniais que continue a analisar activamente a situação e preste ao secretário-geral todo o apoio necessário, com vista a facilitar a aplicação da presente resolução;
3. *Pede* a todas as instituições especializadas e a outros organismos das Nações Unidas, em particular ao Programa Alimentar Mundial, ao Fundo das Nações Unidas para a Infância e ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, que prestem auxílio imediato, nos domínios de competência respectivos, à população de Timor Leste, em estreita consulta com Portugal, na sua qualidade de potência administrante (...).

(Resolução 37/30, de 23 de Novembro de 1982)

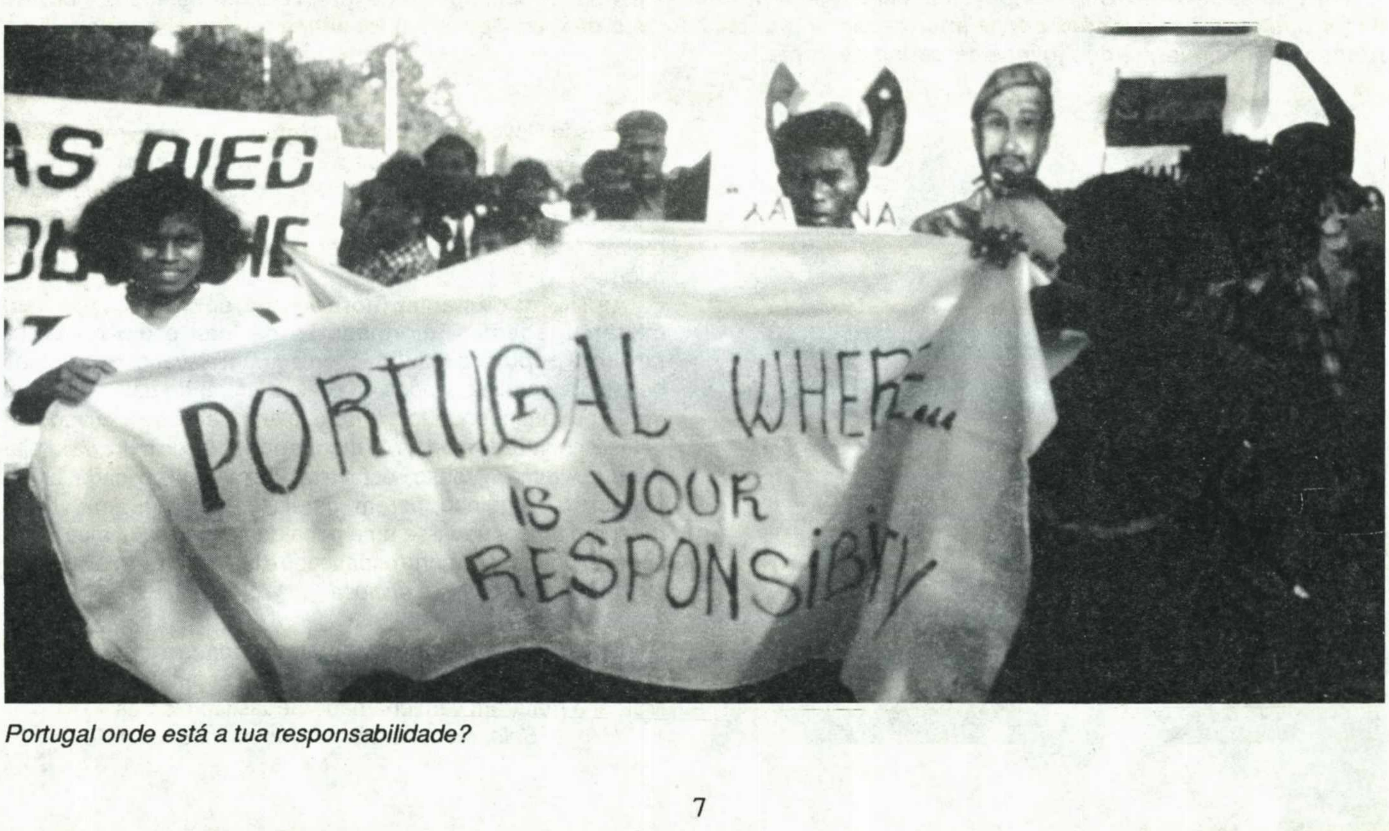


Foto Steve Cox/ Independente

Portugal onde está a tua responsabilidade?

"Uma ameaça de morte à escala nacional"

Colocar o problema nas mãos do Secretário Geral não adiantou muito à sua resolução. A passividade dos Estados, e particularmente dos que detêm o poder a nível mundial, fez arrastar as conversações, adiar os debates, atrasar as decisões... A proposta duma visita de parlamentares portugueses a Timor-Leste, em resposta a um convite da Indonésia, é um sinal da falta de vontade política para resolver o problema em conformidade com o direito e as resoluções da ONU. A potência administrante legítima viu-se obrigada a aceitar um convite dos ocupantes para tentar chamar a atenção internacional. Mas, fazendo este convite sob a alçada da ONU, os ocupantes reconheceram implicitamente que subsistia, no que chamam a sua 27a Província, um problema de âmbito internacional! Os timorenses "vão ver esta visita como a sua última oportunidade" para manifestar a sua rejeição da Indonésia adverteo Governador de Timor nomeado pela Indonésia. Os indonésios preparam o terreno para impedir qualquer manifestação.

"Ninguém pode falar, fazer manifestações, porque, se o fizerem, serão todos mortos após o regresso dos portugueses... Só a presença duma força internacional..." **pode garantir a segurança dos timorenses.**

(*Mons. Belo - na TSF, Outubro/91*)

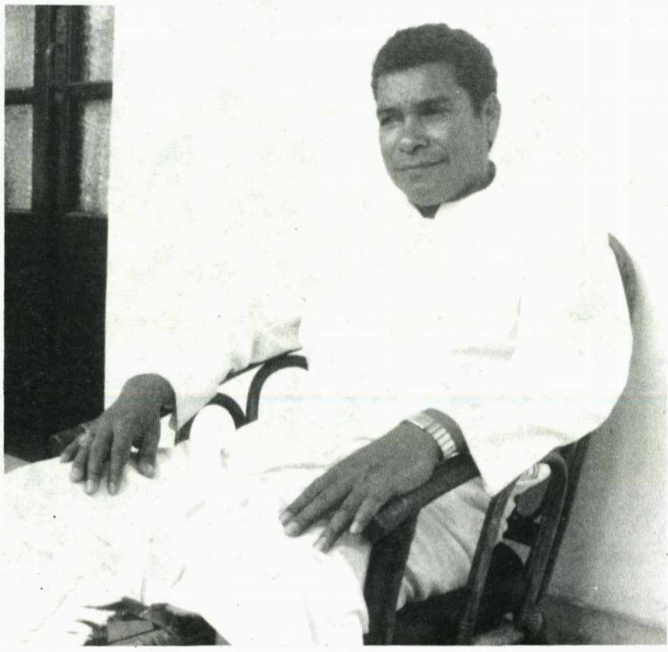
"Em finais de Outubro, uma semana antes da data prevista para a chegada da delegação do Parlamento português, soube que **a Indonésia tinha feito aos timorenses o que se pode chamar uma ameaça de morte à escala nacional**: o exército avisou o povo timorense de que todos aqueles que falassem seriam mortos a seguir à partida da delegação. Em toda a parte onde fui, encontrei timorenses a quem esta ameaça fora transmitida cara a cara. O exército convocara concentrações populares, em aldeias e pequenos povoados, nas quais os oradores eram os comandantes e os Bupatis locais. As populações ficaram, por esse meio, a saber que os militares fariam uma lista de todos aqueles que se aproximassem dos portugueses, ou lhes falassem, bem como dos que entoassem cânticos ou palavras de ordem contra a Indonésia em sessões e comícios públicos. Quando a delegação partisse, todas essas pessoas seriam detidas, juntamente com as respectivas famílias. (...) **Os soldados chegaram ao ponto de informar os timorenses de que as valas-comuns para o massacre já tinham sido abertas.** Ficou, pois, demonstrado que as ameaças foram transmitidas de forma sistemática. Em Dili e por todo o Timor-Leste.

Apesar disso encontrei dezenas de timorenses que continuavam a ansiar pela visita da delegação portuguesa. **Foram mais aqueles que, embora prevendo uma intensa repressão, achavam que Timor não tinha outra escolha senão pagar o preço, por mais alto que fosse, ainda que tal implicasse a morte.** Dispunham-se a esse sacrifício por estarem sinceramente convencidos de que a visita iria, a prazo, ser seguida de acções concretas de Portugal e da ONU e conduzir à autodeterminação de Timor-Leste".

(*Allan Nairn * - Expresso 30/11*
** ver a lista das testemunhas pagina 18*)

2.ª Feira, 28 de Outubro.

Dois dias após o anúncio da anulação da visita dos parlamentares portugueses um incidente na igreja de Motael em Dili causa dois mortos e cerca de cinquenta prisões, várias das pessoas presas desapareceram. A versão indonésia atribui a jovens que se encontravam na igreja a iniciativa do confronto, e revela ter descoberto na igreja bandeiras, facas e barras de ferro. Mons. Belo contradiz essa informação: a provocação veio de fora, Sebastião foi vítima do exercito indonésio e Afonso foi morto longe dos jovens cercados na igreja.



"Desde Novembro de 1990 um grupo do jovens refugiaram-se nas dependências do presbitério de Motael, sob pretexto de segurança pessoal. Na madrugada do dia 28 de Outubro, um grupo de indivíduos de motocicletas começaram a circundar o recinto do presbitério e da igreja gritando insultos... atirando pedras...

Às 2 horas da manhã, (hora em que) só circulam polícias, militares, agentes informadores da Intel e um ou outro tardio da população civil (...) começaram a avançar indivíduos de pistola em riste, vindos da praia e entrando pelo portão de frente da Igreja, onde foi morto o jovem Sebastião, crivado de balas, encontrado morto a 18 metros do portão do muro da igreja. A outra vítima, Afonso, estava a 23 metros do cadáver do Sebastião. Seguindo, porém, os sinais de sangue na via de rodagem, encontrava-se uma poça de sangue à 57 metros do cadáver do Afonso, morto espancado e ferido com arma branca".

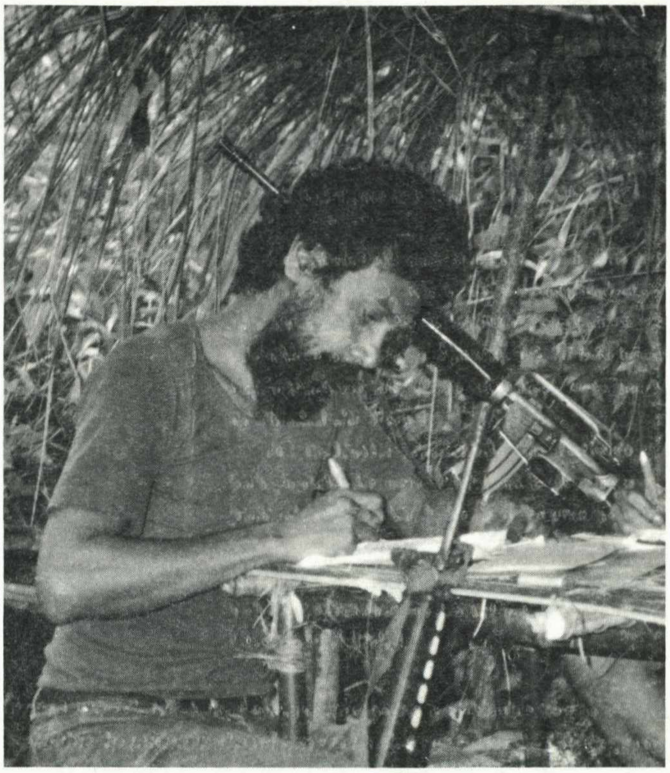
(*Mons. Belo - Nota oficiosa - 2/11/91*)

"Decidi não ir a Jacarta para protestar contra a arrogância das Forças Armadas indonésias que partiram as janelas da igreja de Motael e mataram vem chamado Sebastião Gomes".

(*Mons. Belo, resposta aos bispos da Indonésia*)

Vamos lutar para a participação dos timorenses ao diálogo,

sob os auspícios da ONU



Anulada a visita dos parlamentares portugueses, o comandante da resistência timorense considera que a visita do senhor Kooijmans, relator das Nações Unidas sobre a tortura, pode ser a ocasião de lançar ao mundo o apelo preparado para a visita dos portugueses. Alguns dias antes do massacre do cemitério de Dili, Xanana Gusmão manda uma mensagem a todos os responsáveis pela resistência.

16 anos de resistência duríssima e prolongada. 16 anos de luta, sem quase perspectivas de avanço, difícil, sempre difícil, como o momento que se aproxima. (...)

São já 16 anos e 8 de impasse, desde que o secretário-geral da ONU recebeu pela resolução 37/30 o mandato da Assembleia Geral para tratar pessoalmente a questão. Oito anos de impasse por causa da inflexibilidade de Jacarta. Oito anos de impasse por cumplicidade internacional. (...)

Nós é que temos de imprimir a passagem do actual impasse para uma fase mais dinâmica do processo. (...)

Agora vamos falar da visita da DPP [*Delegação Parlamentar Portuguesa*].

A visita enquadra-se no mandato do secretário-geral da ONU e, portanto, que a DPP não vem resolver já a questão. Não lhe está incumbida esta tarefa, esta competência, que pertenceria segundo cremos ao Executivo, ao Governo português e, em última análise, às Nações Unidas. Temos de entender assim que a DPP não vem para ficar já, não vem para correr com os indonésios, não vem trazer contingentes armados para remover as forças ocupacionais.

Contudo, temos de acreditar que a DPP vem para retirar a verdade da situação. Temos de acreditar também que o secretário geral da ONU pretende algo de positivo, **o essencial, dizíamos, é dar novo impulso ao caso de Timor-Leste**. E nós temos de fornecer essa verdade, nós temos de garantir esse factor essencial, crucial para o tratamento da questão, sob outras perspectivas, sob uma dinâmica mais prometedora.

É assim, é por isso mesmo que se torna premente a nossa acção, que se torna necessário provar ao mundo que:

- por detrás da conspiração internacional,a Carta das Nações Unidas é insolentemente desrespeitada;
- que por detrás da cumplicidade internacional um povo é exterminado;
- que por detrás da indiferença internacional, o direito e as normas internacionais são prepotentemente espezinhados;
- que por detrás do cinismo político de muitos governos democráticos, os princípios universais e as resoluções da Assembleis Geral das ONU e do seu Conselho de Segurança continuam intolerável e abusivamente desrespeitados. (...)

Vamos lutar pela participação dos timorenses no diálogo, sob os auspícios da ONU. (...) Jacarta está preocupada, altamente preocupada. (...) mandou um volume espantoso de forças para defender a anexação. Por outro lado, em Timor Leste, estão desesperados de facto. Sabem que vai acontecer o inevitável. Estão cegos de raiva pela iminente e humilhante derrota. (...) As primeiras vitimas mortais já apareceram infelizmente, em Motael. **Nada os deterá na sua sanha sangrenta? Nós os deteremos, permanecendo serenos**. Torna-se difícil não reagir, mas não podemos fazê-lo. (...)

Não devemos temer as represálias. As represálias serão contundentes quando tivermos demonstrado sua inoperância pela mobilização das massas. Quem, perante o morticínio de há 16 anos, recusou combater? Não ensombremos a nossa visão com a dor. Abramos os olhos para a dor imensa de 16 anos.

Não nos escudemos sob os receios do sangue. Pensemos na determinação do nosso povo.

Xanana Gusmão (citado em Diário de Notícias)

3.ª Feira, 12 de Novembro:

Segundo a tradição timorense, no dia 12 de Novembro foi celebrada na igreja de Motael a missa do 15o dia pela alma de Sebastião Gomes morto no dia 28 de Outubro. Depois da missa organizou-se uma procissão que se dirigiu para o cemitério atravessando o centro da cidade. O filme de Chris Wenner (Yorkshire Television) mostra que a procissão se transformou rapidamente num misto de manifestação religiosa e política como acontece desde a manifestação que, no dia 12 de Outubro 1989, marcou o fim da missa celebrada pelo Papa João Paulo II em Dili; e à imagem também do que aconteceu em 4 de Setembro de 1990, na presença do Núncio Apostólico do Vaticano, quando do 50o aniversário da diocese de Timor-Leste. As cerimónias religiosas são de facto os únicos agrupamentos autorizados e a única circunstância em que os timorenses sentem uma certa protecção.

Os militares indonésios afirmam que houve desordens e provocações durante a manifestação, o que explicaria a violenta reacção dos militares à porta do cemitério. Mons. Belo faz referência a estas afirmações: 'Diz-se que...' mas apesar dos seus esforços junto dos 257 jovens refugiados na sua casa depois do massacre, não obteve confirmação da existência de armas no meio dos manifestantes. Não só todas as testemunhas estrangeiras mas também as imagens (fotos e filme) desmentem as afirmações indonésias.

"1- Pelas 6.30 do dia 12 de Novembro de 1991, Terça-Feira, houve missa de 15o dia, pela alma do jovem Sebastião Gomes, a pedido da família. Celebrou a missa o Pe. Alberto Ricardo, pároco de Motael. Foi uma missa simples, sem cânticos, sem homilia. Depois da missa, o pároco dirigiu-se para a residência, sem saber nada do que ia acontecer.

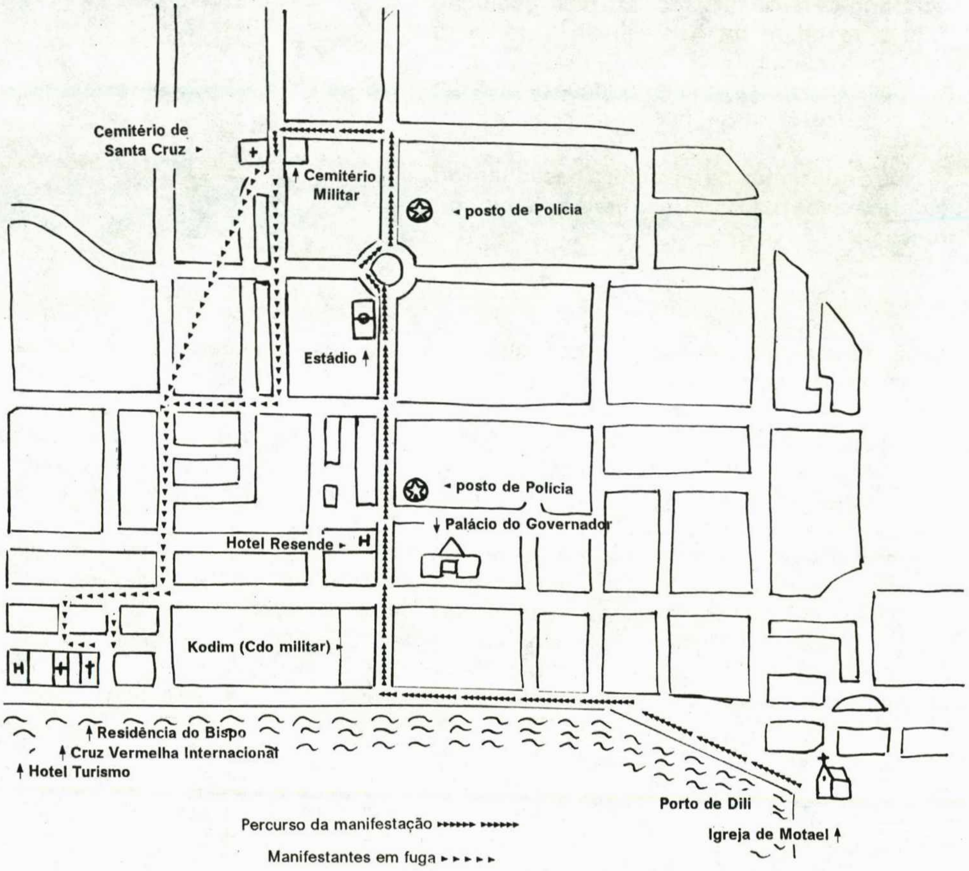
2- Depois da missa, alguns fiéis voltaram para as suas casas. Entretanto, à frente da igreja, os jovens começaram a organizarem-se, e foram andando, a caminho do cemitério de Santa Cruz. Tinham participado na Eucaristia cerca de mil pessoas; entretanto os jovens iam gritando vivas e desfraldando bandeiras da Fretilin, de Portugal e panos com dizeres...

3- Diz-se que à frente do Kantor Gubernur houve provocações e um major do Exército indonésio foi ferido (esfaqueado).

4- Diz-se também que no 'Polwil lama' os jovens lançaram uma granada que não rebentou. Em Lecidere, perguntei a vários jovens, e eles não presenciaram esta facto.

5- Depois de passarem o 'Taman Palhawan', os jovens gritaram cada vez mais 'vivas': 'viva Sebastião', viva Timor-Leste', 'viva a Independência'. Alguns alunos do SMAK, [*escola primária católica*], do SMPH [*escola secundária católica*] e da Escola Diocesana, ao ouvirem a gritaria, saíram das aulas e associaram-se também ao cortejo".

(*Mons. Belo - Nota 14/11*)



uma manifestação pacífica acaba em massacre

O desfile "constituía o desafio de fundo ao terror de Estado"

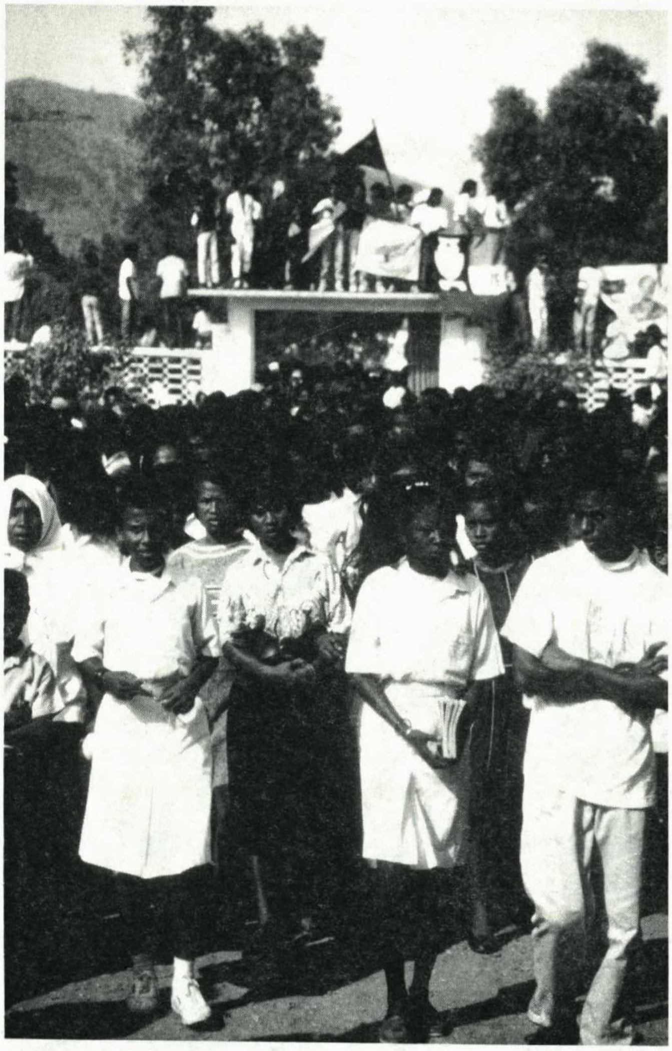


Foto Steve Cox/ Independente

"Ao longo desse percurso, avistavam-se soldados e agentes da Intel, junto a postos de polícia e do exército. Muitos deles empunhavam longos bastões de madeira polida, que balançavam à medida que os timorenses desfilavam.

A procissão começou no exterior da igreja, tendo à frente a família de Sebastião, que transportava flores para depor na campa. Vários milhares de pessoas tinham assistido à missa. Algumas delas desenrolaram faixas com dísticos logo no início do desfile. **Ao atravessar o centro de Dili, a procissão foi engrossando. Juntavam-se-lhe pessoas vindas de escritórios, escolas e casas à beira da estrada. Os cânticos e a excitação cresciam de intensidade à medida que mais e mais participantes na marcha desafiavam as proibições e erguiam a voz em protestos.** Havia ali muitos estudantes, muitos jovens, mas também mulheres e crianças de bibe, bem como gente idosa envergando trajes tradicionais timorenses.

Ao passarem pelos soldados, alguns gritavam 'viva Timor-Leste!' e faziam o 'V' da vitória. Os timorenses explicaram-me que o gesto significava, igualmente, Paz. Fazê-lo em público era, por si só, um corajoso acto político. Nas faixas liam-se dísticos com apelos dirigidos a Portugal, à ONU e aos EUA. Num deles criticava-se o coronel Gatot, referido pelo nome; noutros, apoiava-se o Papa, a Igreja Católica, as Falintil, Xanana, a Fretilin e a UDT. Por vezes os jovens excitavam-se e começavam aos saltos mas os mais velhos metiam-nos na ordem com gritos de 'disciplina, disciplina!'.

À medida que a procissão avançava, crescia a sensação de que algo de importante se estava a passar, de que ali estava a ser dado um passo corajoso e sem precedentes no destino de Timor-Leste. **Num país onde o direito de reunião e de liberdade de expressão são reprimidos com a pena de morte pelo exército de ocupação, o facto de todas aquelas pessoas desfilarem pelas ruas gritando críticas à Indonésia constituía um desafio de fundo ao terror do Estado.** Lembro-me de perguntar a mim próprio qual iria ser a resposta do exército".

(*Allan Nairn - Expresso 30/11*)

Foto Steve Cox/ Independente

"Agitavam-se bandeiras da Fretilin e da resistência e **empunhavam-se cartazes a pedir a ajuda internacional: "Portugal, onde estão as tuas responsabilidades", lia-se num deles, em inglês. O presidente dos Estados Unidos da América, Georges Bush, e Portugal eram os países visados.** Sempre que a multidão passava em frente dos postos militares ou da policia, agitava ainda mais as bandeiras, mostrava a cara aos soldados e gritava mais alto. O ambiente foi-se tornando cada vez mais intenso. Eléctrico. Mas a procissão passava já frente ao Palácio do Governador e a euforia fazia a multidão correr. Corri também, tentando manter-me sempre o mais perto possível da primeira linha da manifestação. Pelo caminho, foi-se juntando mais gente à procissão. Crianças e jovens, na sua grande maioria. No total, julgo que deviam estar cerca de seis mil pessoas".

(*Steve Cox, O Independente 22/11*)

Chegados ao cemitério: "Fazemos isto para vocês perceberem"

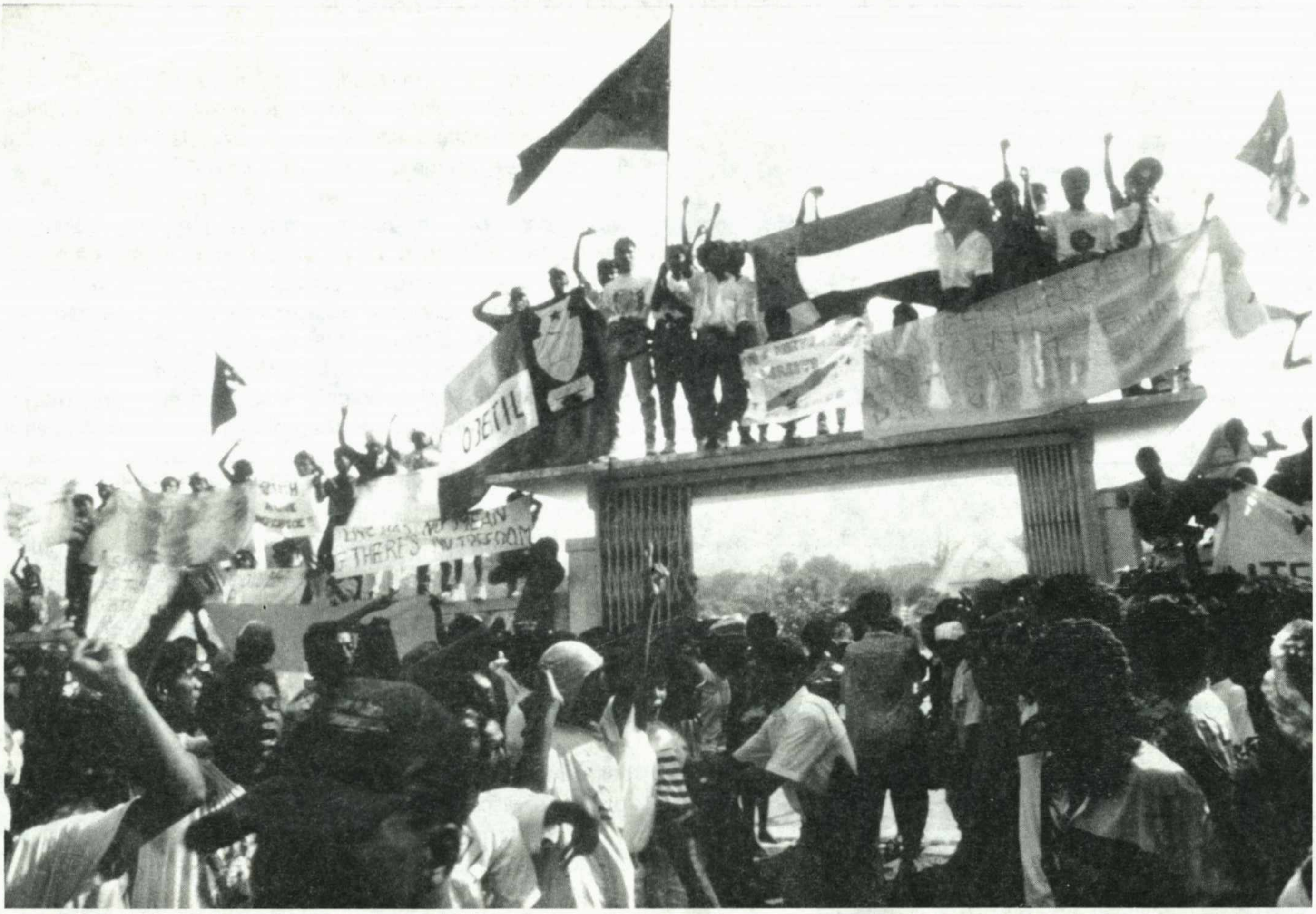


Foto Steve Cox/ Independente

Chegados ao cemitério, alguns jovens escalam o muro da cerca e desenrolam faixas. As imagens do filme de Chris Wenner e as faixas em inglês e português são eloquentes, mas um jovem aproxima-se da câmera e torna-as mais explicitas ainda: "fazemos isto para vocês compreenderem".

Os militares cercam os manifestantes que tinham deixado chegar ali sem obstáculos.

"**Quando a multidão chegou ao cemitério, não se avistavam soldados.** Muitas pessoas entraram para se dirigir à campa de Sebastião. Ao todo, estariam junto dos portões umas 3000 a 5000 pessoas. Alguns jovens subiram com as suas faixas para cima do muro do cemitério. O espaço ocupado pela multidão era limitado por muros de um lado e outro: o muro do cemitério de Santa Cruz, alto e de cimento, e o muro do cemitério militar indonésio, mais baixo mas contíguo a uma fossa consideravelmente profunda. Com aqueles milhares de pessoas, o espaço entre os muros ficou cheio de forma compacta. Ainda que o quisesse, ninguém conseguiria deslocar-se rapidamente, mas, naqueles momentos, a procissão chegara ao fim e as pessoas limitavam-se a esperar um pouco para dispersar".

(*Allan Nairn, Expresso 30/11*)

"Depressa chegámos ao cemitério de Santa Cruz. Agora, o ambiente já se podia classificar como frenético. **O facto de ainda nada ter acontecido, de ninguém os ter parado, fazia com que todos sentissem uma confiança redobrada.** Sempre a agitar as bandeiras, os mais novos saltam para cima do muro de três metros de altura que rodeia o cemitério. Por momentos, a confusão dos 'vivas', cartazes e braços no ar acalma para deixar passar as raparigas que abrem a procissão e trazem as flores para depor na campa de Sebastião. Entrei no cemitério à sua frente e com elas parei defronte à capela. Eram oito horas da manhã. Calculo que devam ter passado o portão, ordeiramente, entre 500 a 800 pessoas, entre elas muitas crianças de seis e sete anos. Os outros, que não cabiam, ficaram lá fora".

(*Steve Cox, O Independente 22/11*)

"Foi uma armadilha bem preparada"

(*Padre Renato Stefani - Observer 17/11*)

"Os soldados colocam-se frente à multidão, levantam as espingardas-metralhadoras e começam, sistematicamente, a matar os timorenses em fuga"

Os timorenses reclamam pacificamente o seu direito à independência, reconhecido pela ONU. Os militares indonésios colocam-se a sua frente do lado do portão do cemitério, enquanto um numero mais reduzido se encarrega de cercar o cemitério. De repente, sem nenhum aviso, os militares abrem fogo. O lugar não deixa possibilidades de protecção senão no próprio cemitério. O portão, demasiado estreito para permitir a entrada rápida da multidão, deixa aos militares indonésios o tempo de abater um número elevado mas ainda indeterminado de timorenses. Os números fornecidos pelas autoridades indonésias variaram entre 13 e 50. Entre 50 e 180 para as fontes estrangeiras, sem ter em conta os feridos mortos posteriormente.

"Entretanto, pelas 7.45, quando o cortejo estava para entrar no cemitério, chegou uma camioneta verde, trazendo militares armados, e parou no cruzamento, ao pé do SDK [*Escola infantil católica*].

Os jovens continuavam a gritar vivas, e eis que se ouvem rajadas contra os jovens e os alunos. Muitos foram abatidos, outros atravessaram o cemitério e passaram para o lado de Bemori. Outros ficaram retidos dentro do cemitério. **Não se ouviu um tiro de aviso**, ou para o ar ou para o chão. Os tiros foram dirigidos aos presentes (à multidão)".

(*Mons. Belo - Nota oficiosa, 14/11*)

"Poucos minutos tinham decorrido quando, subitamente, alguém notou que uma das vias de saída fora bloqueada por um transporte de tropas indonésio. O camião estava cheio de soldados fortemente armados, vestidos de verde e com tiras vermelhas nos capacetes. Nessa altura, vinda da direita por um caminho perpendicular, vimos uma longa coluna de tropas. Envergavam uniformes castanhos-escuros e empunhavam M16 em posição de fogo. **Os soldados marchavam, deliberadamente, em passo lento e disciplinado, numa formação bem ordenada**. À medida que as tropas se aproximavam podíamos ver que eram centenas: enchiam mais de cem metros de estrada. Na multidão, muitos pareciam paralisados de espanto, enquanto outros começaram a tentar recuar lentamente. Juntamente com Amy Goodman, repórter da rádio WBAI-Pacífica, coloquei-me entre os soldados e os timorenses. Estava verdadeiramente convencido de que a força indonésia não atacaria se visse ali estrangeiros. (...) **De repente, estávamos face a face e assistíamos ao que eu julgava impossível: os soldados colocaram-se de frente para a multidão, ergueram as espingardas metralhadoras e começaram, sistematicamente a chacinar os timorenses em fuga**".

(*Allan Nairn, Expresso 30/11*)

"Eles agarraram-me pelos cabelos, arrastaram-me pelo chão, e começaram a bater-me com as coronhas das M16, a dar-me murros e pontapés. Nessa altura o Allan Nairn tentou proteger-me e foi também violentamente espancado. Nessa altura eles apontaram as espingardas às nossas cabeças e eu percebi que iam matar-nos. Começamos a gritar:'Por favor, não nos matem. Somos americanos'. Foi por pouco. Os outros - os timorenses e um outro jornalista- não tiveram tanta sorte".

(*Amy Goodman - Público 13/11*)

"**Quando os manifestantes chegaram ao cemitério os militares chegaram atrás deles** e começaram a descarregar os tropas dos camiões. Às 8 horas formavam uma linha e avançavam para nós. As pessoas começaram a afastar-se deles e os militares abriram fogo. Foi um chuvada de balas, um fogo automático rápido durante 2 ou 3 minutos".

(*Russell Anderson - Sunday Territorian*)

"Enquanto centenas de manifestantes tinham entrado e muitas centenas de outros se comprimiam para entrar, **o exército abriu fogo durante 2 ou 3 minutos, carregando as espingardas quando estavam vazias Milhares de tiros foram provavelmente disparados**".

(*Bob Muntz - Reuters 15/11*)

"Eu estava dentro do cemitério quando começou o tiroteio lá fora, onde estavam cerca de duas mil pessoas, esperando a sua vez de passar o portão.(...) Fui atirado ao chão e atropelado pelas pessoas que corriam, em pânico, em busca de abrigo na capela do cemitério. Arrastei-me, procurando proteger-me no meio das pedras tumulares e das nuvens de poeira, enquanto os gritos enchiam o ar.

O que se estava a passar no portão do cemitério ficou-me gravado na mente. Um jovem gravemente ferido, mas ainda com vida, jazia atravessado na entrada. Outros tinham tropeçado e caído por terra. **Um aglomerado de pessoas estavam presas na entrada, comprimidas por centenas de outras desesperadas, que tentavam escapar às balas.** O aglomerado desfez-se então e as pessoas (incluindo as feridas) precipitaram-se pela abertura, gritando e passando sobre os corpos.

Lá fora, na rua, **os soldados mantiveram uma barragem de fogo durante cerca de dois minutos - tendo milhares de disparos atingido a multidão e caído no cemitério, onde eu me encontrava escondido**. Houve então uma pausa, com disparos esporádicos e depois outra rajada, mais curta que a primeira - e os soldados movimentaram-se então de forma ordenada, de modo a cercarem o cemitério e encurralar quem lá estava dentro".

(*Chris Wenner - Público 21/11*)

"À primeira vista, pareceu-me ver os rapazes saltar do muro. Mas lembro-me de pensar se eles não teriam antes caído e, por alguns segundos, achei aquilo estranho. Tentei atravessar aquela muralha humana que me envolvia para tentar perceber o que é que se estava a passar, quando de repente oiço um estrondo enorme que não se cala mais. Ao princípio nem percebi o que era. **As rajadas continuaram ininterruptamente durante dois a três minutos, o que me pareceu uma eternidade.** Tinha perdido Chris Wenner de vista e sabia apenas que ele tinha ficado dentro do cemitério. Comigo dentro da capela, estavam algumas raparigas e rapazes e duas crianças de seis ou sete anos que se apertavam uma contra a outra mesmo atrás de mim, a um canto. Também rezavam e repetiam o sinal da cruz. Havia sangue no chão, nas paredes e alguns deles percebi que estavam mortalmente feridos. Por momentos atrevi-me a espreitar por uma das frestas que servem de janela à capela. Vi Chris, abrigado atrás de uma campa, com a câmara de vídeo ao lado e a filmar".

(*Steve Cox - Independente 22/11*)

“Os jovens que não tinham conseguido escapar

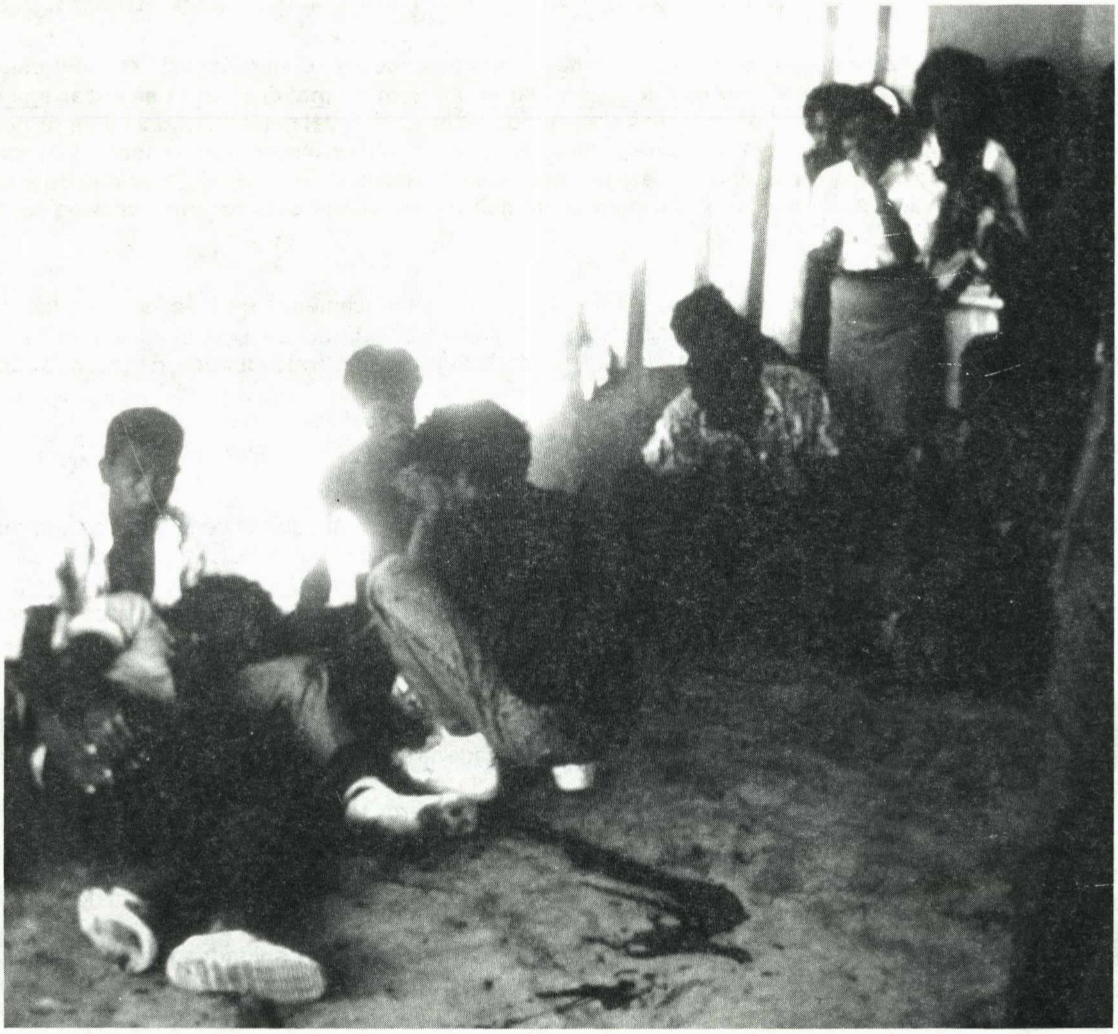


Foto Steve Cox/ Independente

Vitimas:

a) MORTOS: Testemunhas oculares viram que cinquenta (50) corpos (cadáveres) foram atirados, como coisas, para dentro de duas camionetas; uma testemunha fidedigna diz que foram 80 os cadáveres, atirados de qualquer maneira para dentro dos carros, e outros metidos em carol (sacos). No meio do quintal, muitos jovens foram espancados e mortos. Foi uma cena horrenda. Um enfermeiro diz que 'arrumou' 72 cadáveres!!!

b) FERIDOS: **Os jovens que não conseguiram escaparem-se foram alvo de ma feroz pancadaria: socos, pontapés, cacetadas, baionetadas, e alguns esfaqueados a sangue frio, na barriga, no peito, etc...**

Os feridos, os que eu próprio vi, no Hospital militar de Lahane, eram 90, e todos gravíssimos!!!

c) Até hoje, os cadáveres não foram devolvidos às famílias!!! (*Mons. Belo - Nota oficiosa, 14/11*)

Os que tinham caído foram deixados onde estavam, a sangrar (...) **Dentro do cemitério, vi soldados claramente comandados por oficiais à paisana a moverem-se metodicamente por entre as campas, à procura de manifestantes feridos e de fugitivos. Quando os encontravam, davam-lhes pontapés e batiam-lhes com as coronhas das espingardas e com bastões, tanto aos que estavam gravemente feridos como aos que não estavam.** Eu estava a filmar tudo isto ignorando os gritos e os dedos em riste dos soldados, que haviam então parado de disparar mas que não tinham ainda conseguido - neste esquema de movimentação metódica - apanhar-me no centro do cemitério. Vários jovens me rodearam, pensando que eu, como estrangeiro, lhes podia oferecer alguma protecção. A um deles jorrava-lhe sangue do estômago, um outro tinha uma camisa a servir de ligadura à parte inferior, despedaçada, de uma das pernas, e um terceiro estava simplesmente paralisado de terror. Repetia sem cessar:'vamos todos morrer, vamos todos morrer. Vou morrer. Por favor, ajude-me'. Mas eu não os podia ajudar. **Tudo o que pude fazer foi enterrar a minha cassete de vídeo numa sepultura antes de eu próprio ser preso** e prometer-lhes que, desta vez, a carnificina efectuada pelos militares indonésios não se perderia no emaranhado de evasivas internacionais e de mentiras indonésias, como tantas vezes aconteceu nos últimos 16 anos da história de Timor-Leste, ao longo dos quais, quase um em cada três timorenses - aproximadamente 200 mil numa população de 650 mil -morreram. Neste caso, a presença de mais de sete testemunhas oculares estrangeiras poderá ser de alguma utilidade.

(*Chris Wenner - Público 21/11*)

foram objecto das mais ferozes cenas de pancadas”

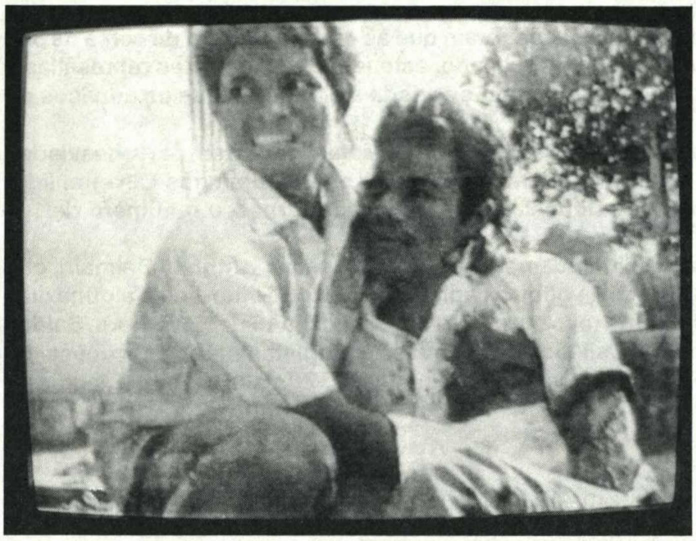


Foto Yorkshire TV

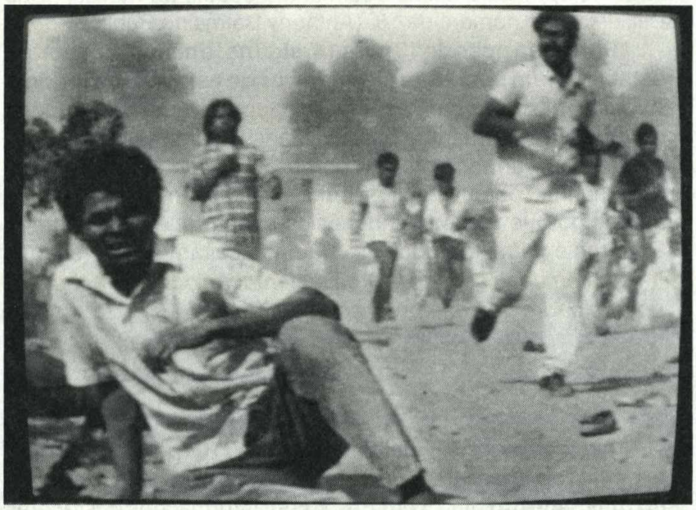


Foto Yorkshire TV

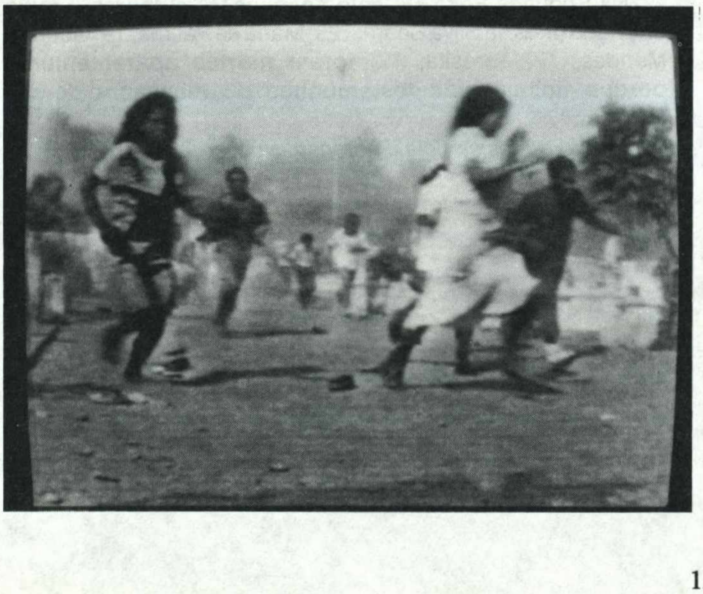


Foto Yorkshire TV

Quando as metralhadoras se deixaram de ouvir, espreitei mais uma vez cá para fora. Em grupos de cinco soldados, os militares indonésios percorriam o cemitério, ouvindo-se uma rajada esporádica de vez em quando. Era assim que calavam os gemidos dos feridos. Enfiei a máquina fotográfica no saco. Só me restava esperar. De repente a porta da capela abre-se. Chris não consegue entrar. Um grupo de militares arrasta-o para fora e começa a bater-lhe. Alguns minutos depois chegam outros e os meus companheiros de refúgio sofrem a mesma sorte. Depois é a minha vez. Lembro-me perfeitamente que horas eram: oito e meia da manhã. Nas costas, no peito e no pescoço sinto os canos de espingardas, e lâminas de baionetas e das facas. **O oficial à paisana não pára de me gritar: ‘O que é que você está aqui a fazer? Eu salvei-lhe a vida. Você não tem nada que estar aqui. Eu salvei-lhe a vida. Você viu tudo’.** Com a coronha das espingardas batem-me nas costas e no peito. E continuam a bater-me durante todo o caminho até me enfiarem com um deles numa carrinha.

(*Steve Cox, O Independente 22/11*)

"Muitos jovens que se encontravam já no cemitério tentaram fugir para o lado oposto e saltar os muros... Porém, a operação estava planeada para uma execução em massa; na verdade, quando os jovens assomavam por cima dos muros, eram varados por novas rajadas, dos indonésios que estavam camuflados nas hortas vizinhas. (...)

Os cadáveres eram arrastados, depois dois homens agarravam os corpos, balanceavam-nos e jogavam com eles para dentro da carroçaria; em cima, dois outros homens, com os pés, arrumavam os cadáveres, para dar mais espaço. A contagem à vista de várias testemunhas, foi fácil. Foi subindo até 50.

Os cadáveres continuavam a chegar, arrastados por dois soldados ou forças armadas indonésias: saíam também de dentro do cemitério, ou eram trazidos dos quintais que de dois lados ladeiam o cemitério.

Até às 9.15 pelo menos 3 camiões ‘Hinos’ partiram de Santa Cruz, carregados de cadáveres; estes empilhados uns sobre os outros, como sacos de areia.

Ali, em Santa Cruz, as ordens eram dadas como sendo emanadas do Panglim [*Gen. Warouw*].

Pelas 9,10 um jovem ainda tentou fugir, correndo através do cemitério militar. Dois soldados foram no encalce do jovem, dispararam para o chão; o jovem parou, voltou para trás seguido pelos dois soldados; um destes corre, forma salto e assenta forte coice nas costas do jovem, que caiu estatelado de rosto por terra. Momentos antes chegara reforço do batalhão 744, com camuflados, e formaram de arma carregada; ao observarem que aquele soldado não disparara sobre o corpo do jovem berraram de protesto. (...)

Um ou outro indonésio também sentiu revoltar-se algo no interior ao ver tais extremos de brutalidade, desde o planeado massacre, até às execuções, com repetidos esfaqueamentos.

Ao verem aqueles rostos calmos, belos (como diziam eles), lamentavam tudo isto.

Os indonésios despiram os cadáveres, mesmo o neozelandês e as meninas estudantes, e queimaram as roupas; de alguns bolsos caiam terços e imagens religiosas; até alguns cartões de estudante... Domingos dos Santos (de Ermera), Olinda Marques (de Iliomar)...”.

(*testemunho escrito transmitido por um padre que não pode ser identificado - 20/11*)

Perseguições e massacres continuam:

O massacre não acabou à porta do cemitério. Algumas testemunhas asseguram que as casas num raio de cerca de 500 metros foram revistadas para ver se abrigavam manifestantes que teriam escapado, estendendo-se então as represálias a todos os que lhes tinham dado abrigo. Mais tarde as perseguições estenderam-se a toda a cidade porque os serviços de informação possuíam longas listas de suspeitos.

Os feridos que se dirigiam para os hospitais civis (o hospital público e o da paróquia de Motael) foram em parte desviados para o hospital militar onde foram colocados sob prisão, 14 deles morreram aí no primeiro dia. Domingos Oliveira, líder timorense residente na Austrália declarou que um médico militar indonésio não-identificado forneceu o número de 183 vítimas mortais.

Enquanto a maioria das testemunhas estrangeiras deixaram Dili rapidamente após o massacre, Anthony Balmain, que se encontrava em Timor-Leste no dia 12 de Novembro, mas fora de Dili, voltou à capital e só deixou Timor-Leste alguns dias mais tarde. Ele declara que houve outras represálias fora de Dili e um novo massacre em Dili no dia 15 de Novembro. Saídos os últimos jornalistas e reforçadas as medidas de vigilância, o silêncio caiu quase completamente. Execuções ou desaparecimentos são assinalados em Lospalos, Baucau, Fatumaca, Ossu, Viqueque, Suai, Zumalai, Ainaro, Maubisse, Maliana, mas as informações são pouco precisas.

"Durante o resto da manhã ouvimos ainda tiros noutras zonas da cidade"

(*Amy Goodman - Público 13/11*)

Uma testemunha timorense viu militares a entrarem em casas nas vizinhanças do cemitério, acusando os seus ocupantes de terem escondido pessoas e fuzilando famílias inteiras. Os tiroteios fora do cemitério terão ocorrido em casas num perímetro de 500 metros para norte e sul deste.(...)

Eu falei com gente que assistiu, durante todo o resto desse dia e noite, a pessoas, cujo paradeiro é ainda hoje desconhecido, a serem presas. Estes desaparecimentos de timorenses na sequência de operações dos militares indonésios não se verificam apenas em Dili. Há também conhecimento de situações semelhantes na cidade de BAUCAU, onde desapareceram 25 pessoas antes deste massacre e 40 já depois.

Em AINARO, continua a desconhecer-se o paradeiro de entre 75 a 80 timorenses, segundo um membro da comunidade religiosa local, dois dos quais já após o massacre de 12 de Novembro.

LOSPALOS na ponta leste de Timor, é outro dos locais onde se terão verificado desaparecimentos depois do massacre de Dili, estes em número de 18. (Anthony Balmain - Público 25/11)

"Durante a noite de 13 para 14, alguns 'Unimogs' cobertos estacionaram perto da enfermaria onde estavam os feridos. A certa altura todas as luzes apagaram-se, mesmo na cidade. Na enfermaria e nos 'Unimogs' ouviram-se gemidos... os 'Unimogs' arrancaram. (...) porque cada sobrevivente é uma testemunha; porque muitos feridos já faziam parte da 'lista negra'; porque todos os indonésios sabem que a vontade do Governo é de matar todos os que não aceitam a integração".

(*testemunho escrito de uma testemunha ocular, transmitido por um padre que não pode ser identificado*)

Novos massacres colectivos.

" No dia 15 de Novembro, um pouco antes do meio-dia, houve um massacre em Be-Mussi, localidade situada perto de Comoro, nos subúrbios ocidentais de Dili. **Ouvi rajadas de disparos de armas automáticas que ressoaram por todo o vale e duraram cerca de 45 segundos. Depois, nos 30 segundos seguintes, apenas se fizeram sentir tiros esporádicos.**

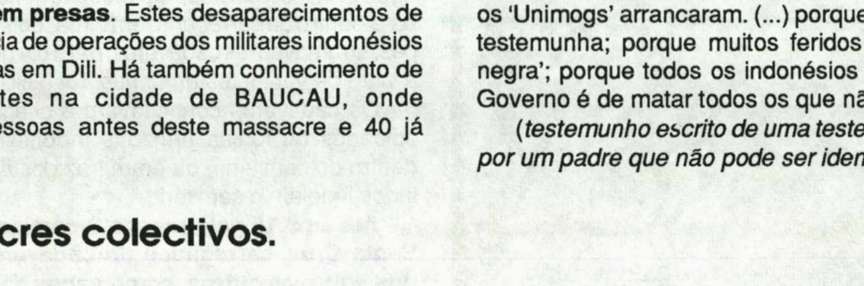
Falei com um timorense que viu camiões carregados de pessoas a serem transportadas para posterior execução. A sua estimativa é a de que 60 a 80 timorenses foram levados em quatro camiões para o local de execução e sepultura.

(*Anthony Balmain - Público 25/11*)

No domingo 17, pela meia-noite, **10 pessoas foram executadas, aparentemente porque tinham sido testemunhas do massacre do dia 15 em Be-Mussi.** Informações posteriores (Expresso 11/1/92) identificam uma destas vítimas como sendo Francisco Vilanova (22 anos) e indicam no número das outras, mulheres grávidas.

Na Segunda Feira 18, **sete pessoas, 5 mulheres e duas crianças** (Inês da Silva Soares, 29; Maria de Fátima, 19; Liberata Mendes, 17; Teresita, 17) **foram mortas aparentemente porque tinham sido testemunhas do massacre do dia anterior.**

(*fonte da resistência timorense, Público 25/11*)


TANDBERG
Uma testemunha ocular viu as atrocidades em Timor
mas não as contou!

(*The Age 16/11/91*)

Prisões na Indonésia

Em 19 de Novembro, uma centena de pessoas, na sua maioria universitários timorenses estudando na Indonésia, realizaram uma manifestação pacífica perante a sede das Nações Unidas em Jacarta. Eles protestavam contra o massacre do dia 12 e exigiam a retirada das Forças Armadas indonésias de Timor-Leste: 70 foram levados à força em camiões. "Já libertámos 49, mas mas 21 continuam sob inquérito" declarou o general Try Sutrisno no dia 26 de Novembro, enquanto outras informações declaravam que os detidos estavam sujeitos a maus tratos. O coronel Wagiman, comandante da polícia, declarava que os presos eram acusados de crimes contra a segurança do Estado e passíveis de 7 anos de prisão, enquanto alguns poderiam ser acusados de subversão, o que pode ir até a pena de morte.

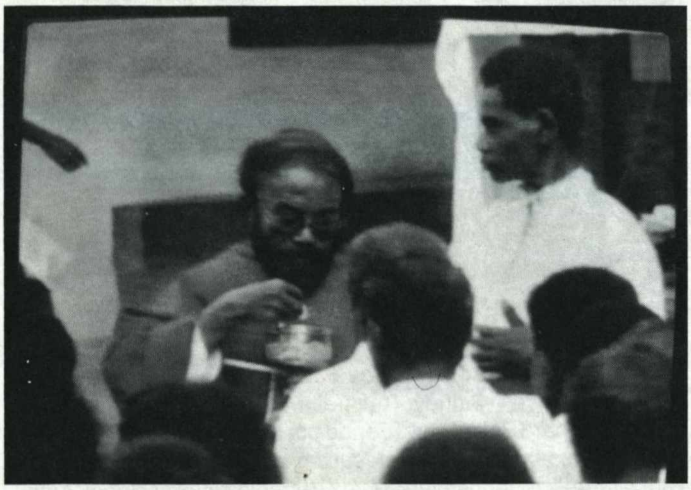
Para o novo comandante militar de Dili, general Theo Syafei, **"o incidente de Novembro podia reflectir as aspirações da população, mas era uma rebelião"**. É esta lógica e esta concepção da legalidade que estão na base dos julgamentos que a Indonésia realiza ou prepara. Será justo julgar os timorenses por rebelião contra a Indonésia quando é a própria Indonésia que infringe as leis internacionais e as resoluções da ONU? A comunidade internacional, que condenou a expulsão dos palestinianos dos territórios ocupados por Israel, deveria pela mesma razão recusar à Indonésia o direito de julgar os habitantes do território timorense ilegalmente ocupado.

Em 24 de Novembro, outros estudantes timorenses foram presos em Bali (6), Subaraya (6) e Bandung (9). Em Bali militares à paisana apresentaram-se na casa onde viviam seis estudantes timorenses sob o falso pretexto de realizar orações segundo o costume hindu, mas agentes secretos, armados, haviam cercado a casa aproveitando a oportunidade para invadi-la e levar os estudantes para o posto da polícia, bem como material diverso (TV, rádio, gira-disco, telefone) e documentos. Outros militares entraram no apartamento depositando aí granadas. Depois, obrigaram outros estudantes a constatar a existência dessas granadas na casa dos seus colegas a fim de poder acusá-los. Os estudantes detidos não puderam ser visitados por advogados escolhidos por eles nem pelas suas famílias.

Manifestante levado pela polícia, em Jacarta.

Janeiro de 1992. Esquadrões da Morte.

No início de Janeiro, Mons. Belo declarou numa entrevista telefónica (*Expresso 11/1/92*) que a calma ainda não voltou a Dili. A cidade é 'tomada da assalto' por grupos de civis armados e mascarados constituídos por timorenses e indonésios **"atacam as casa das pessoas consideradas favoráveis à resistência, e maltratam os que aí se encontram"** diz o Bispo.



O Padre Ricardo, submetido a interrogatórios prolongados.

Foto Yorkshire TV

Alguns instantes antes desta chamada telefónica, diz o bispo, ele recebeu a visita de uma mãe: **"mais uma que veio para a casa episcopal contar que o seu filho tinha sido espancado na rua e abandonado quase morto"**. Quando o jornalista pediu o nome deste jovem a comunicação foi interrompida.

Algumas semanas antes, o jornal Kompas tinha perguntado ao general Warouw se era verdade que grupos armados e mascarados semeavam o terror em Dili. O comandante militar respondeu. cinicamente, **"Nunca os vi, não sei portanto se eles existem realmente. Talvez não passem de boatos"**. (*Kompas 24/11*)

O Padre Ricardo, vigário geral da diocese e pároco da igreja de Motael, foi submetido a numerosos interrogatórios **"que chegaram a durar 9 horas"** e encontrar-se-ia em estado de esgotamento físico e moral. Na sua mensagem de Natal, em que lança um apelo à conciliação cristã, Mons. Belo transmite o que sentem os timorenses mas que só ele, pelo seu estatuto social, pode exprimi-lo: **"Sentimo-nos todos atingidos com os filhos e amigos feridos, presos, mortos. Vivemos num ambiente de terror. Não temos descanso. (...) Antes de terminar, e uma vez mais, o bispo lembra-lhes que reza para vós, está convosco, sofre convosco, está em união convosco, vive ou morrerá convosco"**.

as testemunhas estrangeiras:

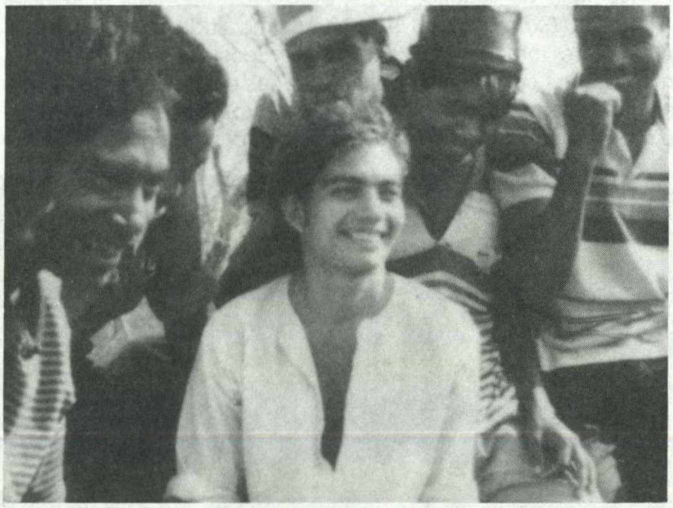
1. **Allan Nairn (USA)**.jornalista free-lancer, colaborador do New Yorker, presente em toda a manifestação, ferido por espancamento à porta do cemitério.
2. **Amy Goodman (USA)**. Jornalista da WBAI-Pacific Radio (New York); presente em toda a manifestação e maltratada à porta do cemitério.
3. **Chris Wenner (GB)**. Jornalista da Yorkshire Television; filmou a missa, a manifestação e o interior do cemitério. Preso, a última bobina foi- lhe retirada pelos militares, mas como tinha escondido as primeiras no cemitério, foi buscá-las durante a noite.
4. **Steve Cox (GB)**. repórter fotográfico; presente durante a manifestação e escondido na capela do cemitério durante o tiroteio, preso e espancado.
5. **Russell Anderson (Austrália)**. Jornalista; acompanhou a manifestação, encontrava-se perto do portão quando começou o tiroteio, mas conseguiu fugir.
6. **Bob Muntz (Austrália)**. Membro da Community Aid Abroad's South-East Asian, acompanhava a manifestação, estava perto do portão do cemitério quando começou o tiroteio. Ferido por bala.
7. **Saskia Kowenberg (Holland)**. Jornalista, não seguiu a manifestação, ia para o cemitério quando começou o tiroteio.
8. **Renato Stefani (Japan)**. Missionário católico de origem italiana. Presente em Dili, só foi para o cemitério depois do massacre.
9. **Anthony Balmain (Austrália)**. Jornalista, encontrava-se em Timor-Leste mas não estava em Dili no dia 12 de Novembro. Voltou para Dili nos dias seguintes, ouviu os tiros e colheu testemunhos sobre o massacre do dia 15.

Felizmente havia testemunhas estrangeiras...

Sem a presença de testemunhas estrangeiras, sem as imagens que puderam trazer, o massacre do dia 12 de Novembro em Dili não teria passado de mais um no meio de tantos outros. A opinião pública internacional não teria sabido nada e a maioria dos Governos poderia fingir, como fazem há 16 anos, que também eles ignoram o que se passa em Timor

Se foi o isolamento de Timor, a ausência de jornalistas, que permitiram que a Indonésia provocasse um verdadeiro genocídio sem que a opinião internacional se comovesse, percebe-se melhor as reacções das autoridades indonésias contra os jornalistas: negar a sua presença, desmentir as suas informações e acusá-los de ser eles próprios os responsáveis pelos factos que relatam.

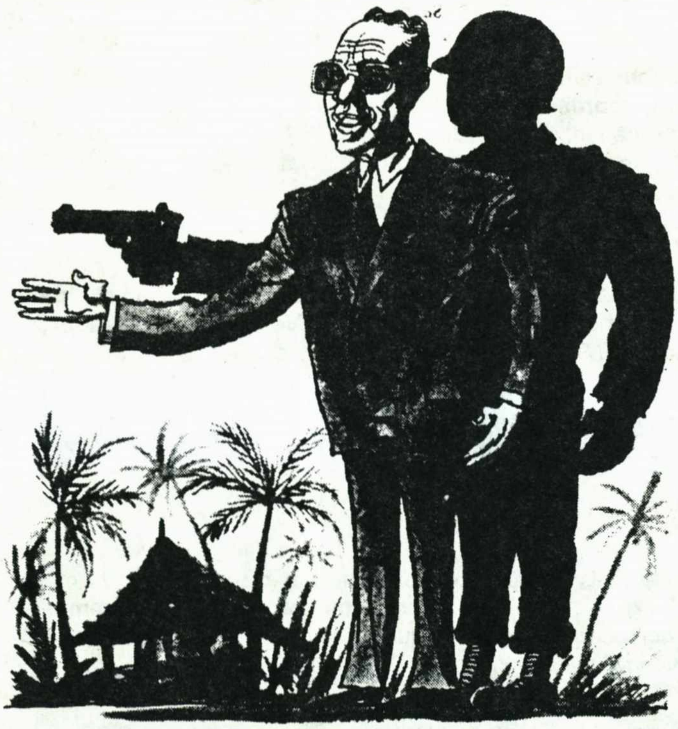
Timor-Leste já era um dos locais no mundo onde os jornalistas encontravam os maiores obstáculos para exercer a sua profissão, a Indonésia promete um reforço destas dificuldades.



- **Kamal Bamadhaj (Nova Zelândia)**. Estudante da universidade de Sidney (Austrália). Servia de interprete de indonésio para Bob Muntz. Ferido por balas à porta do cemitério, os militares indonésios atrasaram o seu transporte para o hospital pelo responsável da Cruz Vermelha Internacional, Anton Marti. Morreu no hospital.

e os porta-vozes indonésios:

1. **Rudini**. Ministro do Interior.
2. **Ali Alatas**. Ministro dos Negócios Estrangeiros.
3. General Benny Murdani. Ministro de Defesa.
4. **General Try Sutrisno**. Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.
5. **General Sintong Panjaitan**. Comandante da 9a região Militar em Bali, região militar de que Timor faz parte.
6. **Tenente-coronel Anton Tampodang**. porta-voz do comando da 9a Região Militar.
7. **General Rudolph Warouw**. Comandante militar de Timor-Leste.
8. **Mário Carrascalão**. Governador de Timor-Leste, nomeado pelas forças de ocupação indonésias.
9. **Roni Sikap Sinuraya**. Director General da Imigração.



Ali Alatas, a face 'respeitável' do regime indonésio, visto pelo 'The Economist' 30/11/91

"Não havia jornalistas estrangeiros em Timor-Leste no dia 12 para ver o que aconteceu"
(*Rudini - Ministro do Interior*)

"Se a imprensa estrangeira fala em 100 mortos, posso dizer que este número é exagerado"
(*General Try Sutrisno -Conferência de imprensa no Palácio Presidencial, 13/11 - Kyodo 13/11*)

"As notícias da imprensa estrangeira são destorcidas"
(*Ali Alatas - Jacarta 15/11*)

"Os dois jornalistas [americanos] **são suspeitos de participação no incidente de Dili... Eles abusaram do seu visto, porque se envolveram em actividades jornalísticas durante a sua estada na Indonésia"**.
(*Roni Sikap Sinuraya - The Nation - Bangkok, 5/12*)

"Os cinco jornalistas estrangeiros estão implicados nos incidentes... e proibidos de entrar na Indonésia".
(*General Try Sutrisno - The Nation, Bangkok, 5/12*)

"O efeito de agitação causado pela presença de jornalistas no comportamento dos manifestantes é bem conhecido".
(*Jakarta Post, Far Eastern Economic Review, 5/12*)

"Talvez seja preferível fechar de novo a fronteira. **Desde a abertura do território o caos instalou-se. Se continuar aberto o caos manter-se-á. A vinda duma missão da ONU só viria lançar mais confusão"**.
(*M.Carrascalão - Editor, citado em Público 10/12*)

"A vigilância sobre os estrangeiros que visitam Timor-Leste deve aumentar a partir de agora e, se se provar que não são turistas vulgares, deverão ser impedidos de entrar no território".
(*Ministério dos Negócios Estrangeiros - Relatório sobre a visita do Prof. Kooijmans*)

As autoridades indonésias não tiveram dificuldade em revelar acordo nas acusações contra os jornalistas estrangeiros, mais difícil foi criar uma versão credível para:.

- **reduzir as dimensões do massacre,**
- **contradizer todas as testemunhas,**
- **justificar o que já não conseguiam negar. >>>**

Alegadas provocações...

As autoridades indonésias procuraram razões que pudessem justificar a gravidade do massacre aos olhos dos seus aliados. Se era plausível que os 6 jornalistas estrangeiros presentes não tivessem visto uma provocação isolada, a abundância dos factos apresentados tornava isso impossível. Querendo apresentar mais factos para convencer, as autoridades indonésias desacreditaram-se.

O relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros teve de fazer uma escolha e abandonar as justificações menos credíveis:

- a ordem mal interpretada pelos subordinados *(generais Panjaitan e Warouw)*,

- a presença de uma centena de separatistas clandestinos armados de espingardas portuguesas G3 *(coronel Tampodang)*,

- a morte dum oficial indonésio *(Ali Alatas)*.

Os factos mantidos no relatório serão mais verdadeiros ou somente menos evidentemente falsos?

- os militares feridos com facas ou as pedras lançadas ao longo do percurso foram negados por todas as testemunhas estrangeiras. Elas podem não ter visto um incidente isolado em fim de cortejo, mas não os factos que se seguiram.

- O lançamento, à porta do cemitério, duma granada que não explodiu; tiros que não atingiram ninguém; movimentos ameaçadores da multidão contra centenas de militares... armados de espingardas-metralhadoras; não podiam passar despercebidos às testemunhas estrangeiras presentes no local. Mas todas negam terminantemente estes factos.

Que confiança merece um relatório oficial do Ministério dos Negócios Estrangeiros *(relatório sobre a visita do Prof. Kooijmans)* **que ainda defendia o número de 20 vítimas mortais, número corrigido depois para 50.**

Que confiança merece o número de 50?

"No caminho para o cemitério de Santa Cruz os manifestantes desdobraram bandeiras da Fretilin e transportavam faixas, instrumentos pontiagudos e longas facas, provocando o pessoal de segurança. O pessoal de segurança convidava os manifestantes à calma. Muitos estavam tão excitados **que feriram um Major**, segundo comandante de Batalhão.
(*nota de imprensa do embaixador indonésio na Austrália - The Age 14/11*)

"O incidente começou quando o exército se apercebeu que **mais de 100 separatistas clandestinos, armados com espingardas do fabrico português G3 e de granadas,** vieram para Dili juntar-se aos manifestantes".
(*tenente-coronel A. Tampodang - journal Berita Buana, Jacarta 13/11 - citado por Reuters e The Age 14/11*)

"A multidão era verdadeiramente turbulenta e obstinada. **Começaram a lançar pedras contra as casas, a gritar palavras de ordem e a agitar bandeiras. Um representante do comando militar** (Major G. Lantara) fez esforços para acalmar a multidão mas **foi ferido com catanas, levado para o hospital onde faleceu mais tarde.** (...) As Forças Armadas indonésias são totalmente disciplinadas, mas **tiros e várias granadas vieram da procissão**".
(*Ali Alatas em Seúl- The Age 15/11*)

"Frente ao cemitério **uma granada foi lançada contra os militares mas não explodiu. Os manifestantes avançaram ameaçadores e os militares tiveram de se defender** "
(*Ali Alatas - entrevista dada à RTP 10/12*)

"As Forças Armadas em Dili só intervieram depois das tentativas de persuasão para dispersar a manifestação terem abortado e os soldados terem sido atacados '**a única alternativa era matar ou ser mortos**' ".
(*General Sintong Panjaitan - The Age 14/11*)

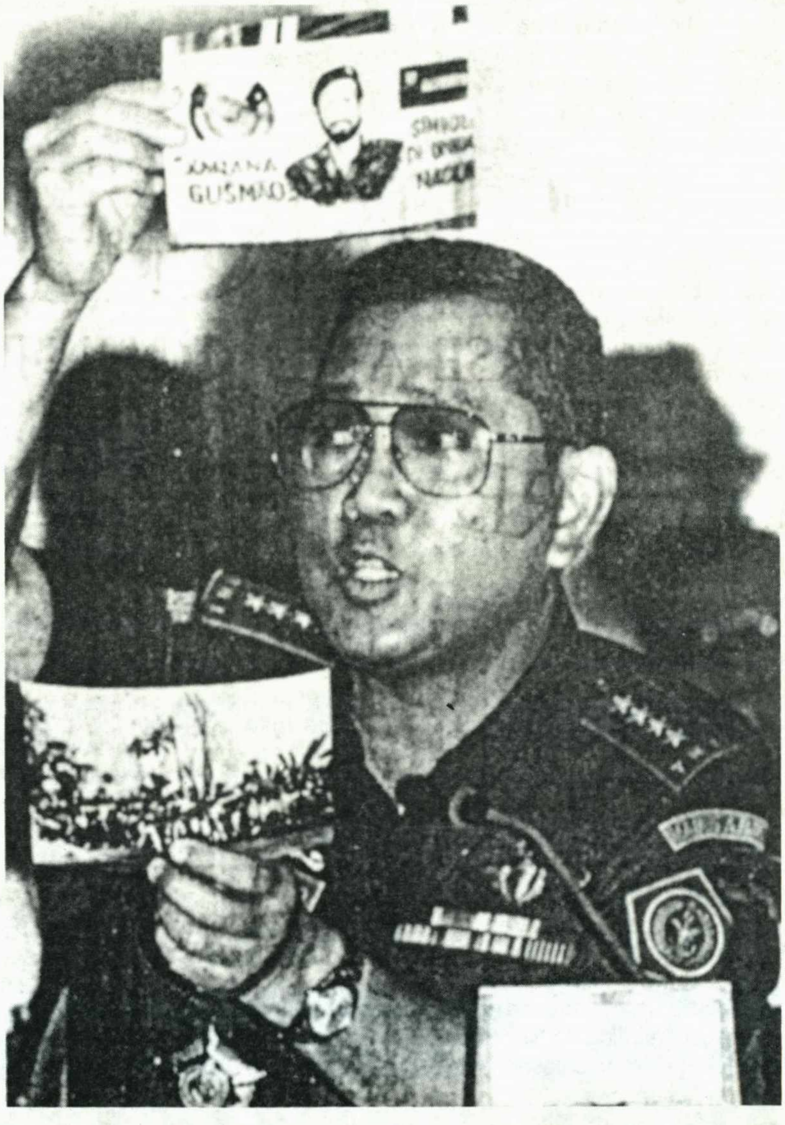
"Frente a uma multidão de mais de 3000 pessoas que pareciam avançar de modo ameaçador, **um jovem oficial gritou 'não atirem' , mas os soldados perceberam que deviam abrir fogo.** Foi uma confusão dos soldados que fizeram fogo por causa da tensão".
(*Generais Warouw e Sintong Panjaitan - Reuters, The Age 15/11*)

"Não houve motivo forte para obrigar ao tiroteio"
(*Mario Carrascalão, Governador de Timor-Leste - Agência Lusa, Público 14/11*)

e declarações verdadeiramente provocantes!

A procissão **"semeava o caos"** com faixas contendo palavras de ordem contra o Governo e gritando **"muitas ideias inaceitáveis"**. Em resposta foram feitos tiros para o ar, **"mas eles persistiam nas suas desordens. O Exército não pode ser subestimado. Finalmente foi preciso abrir fogo. Delinquentes como esses devem ser mortos e sê-lo-ão sempre que necessário"**. O Centro de Informação do Exército em Dili sabia que estavam preparados para se manifestar durante a vista dos deputados portugueses. **"Agora a situação está sob controlo. A ABRI** [*as Forças Armadas indonésias*] **está decidida em aniquilar todos os que perturbam a estabilidade"**.

(*General Try Sutrisno, numa reunião de oficiais no Instituto Nacional de Defesa de Lemhanas - Jayakarta 14/11, citado em The Guardian e Amnesty International 21/11*)



"Era uma manifestação do inimigo, é claro... eles transportavam bandeiras da Fretilin e pinturas do Xanana. Penso que vocês não queriam ver as nossas Forças Armadas desarmadas por essa ralé".

(*General Try Sutrisno, mostrando as fotografias da manifestação ao Parlamento indonésio - Reuter 27/11*)

"Numa zona de operações militares, o dever de cada soldado é destruir o inimigo"

(*General R. Warouw - Editor, citado em Expresso 14/12*)

Ameaças deste tipo não são novas, o general Benny Murdani, Ministro da Defesa, já as tinha feitas após uma visita do embaixador dos E.U.A. em Janeiro de 1990.

"Eu já disse, se tentarem organizar o vosso próprio Estado, e se esse movimento for forte, suficientemente forte, será esmagado pelo ABRI [Forças Armadas indonésias]. O ABRI pode falhar a primeira vez, mas tentará uma segunda e uma terceira. Já houve rebeliões maiores, houve diferenças de opinião com o Governo mais importantes de que o pequeno número que se chama a si próprio Fretilin, ou quaisquer que sejam os seus simpatizantes aqui. **Esmaga-los-emos a todos! Repito, esmagá-los-emos a todos!"**.

(*General Benny Murdani - discurso aos funcionários públicos timorenses, Dili 3/2/90*)

O mundo descobre o inferno de Timor!

Um exército regular a disparar centenas ou milhares de tiros sobre um ajuntamento pacífico e sem defesa, na presença de jornalistas estrangeiros, acabou por atrair as atenções da opinião pública internacional sobre Timor Leste. Durante 16 anos, este território foi vítima de um genocídio que se manteve desconhecido das grandes correntes da opinião mundial, porque os militares indonésios tinham isolado Timor, e os governos que conheciam a situação estavam cada vez mais preocupados com as relações económicas ou estratégicas que mantinham com a Indonésia.

O filme do massacre veio modificar essa situação. As testemunhas afirmaram, e o facto é visível no filme, que os jovens estavam excitados por terem conseguido manifestar-se sem que a polícia e o exército se opusessem. Com a presença de jornalistas estrangeiros, esperavam que a sua mensagem fosse escutada e que o mundo desse mais atenção à sua situação. As imagens contradizem a versão indonésia de uma "multidão ameaçadora". As cenas foram filmadas dentro do cemitério, quando o tiroteio ocorreu no exterior, pelo que o espectador é poupado às cenas mais violentas. Vê chegar os feridos ou avista, ao longe, os militares que batem nas vítimas já caídas; o resto imagina-se.

O jornalista que filma a cena, escondido entre as campas e apontado a dedo pelos militares assassinos, estará ao abrigo desse furor? O espectador não tem a certeza...

É normal que os que viram o filme sintam o desejo de fazer qualquer coisa por esses jovens, vítimas de uma máquina militar que se adivinha determinada e implacável. É o que explica que, em locais tão diversos como Portugal e Indonésia, EUA, Austrália, Japão, Malásia, Hong Kong e Macau, as pessoas tenham descido à rua para manifestar a sua reprovação contra a Indonésia.

Portugal

Não só a população está mais informada, globalmente, porque Timor Leste é uma antiga colónia portuguesa, como aguardava com curiosidade a visita dos parlamentares portugueses que foi anulada alguns dias antes do massacre.

O filme da Yorkshire Television difundido pela televisão portuguesa veio mostrar o que muitos já suspeitavam, graças a informações por vezes clandestinas, que tinham merecido crédito, pela sua fiabilidade.

As imagens provocaram uma ampla reacção. Foi decretado um luto nacional. Os estudantes portugueses mobilizaram-se espontaneamente, realizando manifestações de rua em várias dezenas de cidades. Exigiam que as autoridades do país se mostrem mais activas ao nível da diplomacia internacional, para obterem os apoios necessários a uma solução política. "Palavras não, actos!" gritaram os manifestantes em Lisboa, depois de a esposa do Presidente da República, Maria Barroso, ter pronunciado algumas palavras de solidariedade com o povo timorense.

Mas a onda atingiu toda a sociedade: sindicatos e organizações patronais, jornalistas e publicitários, jogadores de futebol e artistas plásticos, radioamadores e cantores, escritores e advogados, igrejas católica, protestantes, e o Centro de Estudos Islâmicos... inúmeras iniciativas tornaram concreta esta solidariedade: um minuto de silêncio à escala nacional; concertos e vendas de obras artísticas em favor da resistência timorense; campanhas publicitárias gratuitas na TV, rádios, jornais, painéis de rua; ocupação pacífica da Nunciatura Apostólica para exigir que o Papa fale de Timor; colocação de um barril de petróleo na embaixada da Austrália...

Austrália

Foi, ao lado de Portugal, o país em que a reacção foi mais forte. A proximidade de Timor (500 kms), uma forte colónia de exilados timorenses, e também a má consciência que sentem muitos australianos perante a opção do seu Governo, que tem na Indonésia um parceiro privilegiado e reconheceu a integração de Timor Oriental, que a ONU se recusa a ratificar.

Realizaram-se numerosas manifestações de rua, em particular diante da embaixada e dos consulados indonésios. Os sindicatos decretaram várias acções de boicote aos barcos e aviões que partiam para a Indonésia, ou ao correio destinado à sua embaixada.

Japão

O país que mais investe na Indonésia é também um dos mais sensíveis à questão de Timor Leste, que os japoneses também ocuparam durante a Segunda Guerra Mundial. O Japão é o país do mundo em que há uma maior quantidade de grupos de solidariedade formalmente constituídos para apoiar o direito dos timorenses à independência. Realizaram-se, em várias cidades, manifestações e reuniões.

A Conferência Episcopal católica dirigiu uma carta de condolências a monsenhor Belo e enviou ao secretário-geral da ONU uma carta para apoiar o apelo de monsenhor Belo em favor de um referendo.

França

"France Libertés" organizou uma conferência de imprensa em Paris, em que participaram Danielle Mitterand e José Ramos Horta, o porta-voz do CRNM (Conselho Nacional da Resistência Maubere).

Rémy Baumann, presidente de Médecins Sans Frontières, anunciou a intenção de enviar médicos para Timor, assim que a Indonésia o autorizar. Timor Leste é, juntamente com o Tibete e o Saara Ocidental, um dos territórios em que os MSF nunca conseguiram entrar.

Canadá

As Igrejas católica, metodista, presbiteriana e congregacionista pediram ao Governo que fizesse pressão sobre o Governo indonésio para que renuncie ao uso da força militar e consinta num processo de autodeterminação do povo de Timor Leste. O presidente do Conselho Canadiano das Igrejas defende que a suspensão das ajudas económicas à Indonésia decidida pelo Governo não é suficiente, e que este deve aprovar um embargo à venda de armas.

The Age, Washington Post, The Times, The Guardian, The New York Times...

Os direitos do homem afundam-se na 'fossa de Timor' *

É agora claro que, mesmo após 16 anos de apertado controlo militar, muitos timorenses não se consideram indonésios. A tragédia desta semana reforça os pedidos, entre eles e ao nível internacional, de um acto de autodeterminação.

*[A fossa de Timor (Timor gap) rica em petróleo foi objecto de um acordo de exploração entre a Indonésia e a Austrália. Este acordo é contestado por Portugal que apresentou o caso perante o tribunal internacional de Haia].

(*The Age (Austrália) - editorial 14/11/91*)

Os mortos de Timor-Leste

Por sorte, dois jornalistas americanos encontravam-se em Timor-Leste no momento e lugar exacto onde as forças de segurança fizeram fogo. (...)

Voltando aos anos 70s, a maior parte do mundo tinha mais a pensar do que num território colonial afastado chamado Timor-Leste. O Governo americano estava angustiado pelo Vietnam, e pouco preparado para se envolver numa causa que só poderia complicar as suas relações com o seu aliado anti-comunista em Jacarta. Mas isso era nesse tempo. **Hoje o conflito Este/Oeste está ultrapassado, quase toda a gente está hoje melhor preparada para considerar os legítimos apelos à autodeterminação. Chegou o tempo de retirar a questão de Timor-Leste do poço do esquecimento e de lhe dar a prioridade que a justiça, e agora o sentimento internacional lhe exigem. Os EUA que, durante muito tempo apoiaram a Indonésia, deveriam ser capazes de usar a sua influência em favor deste problema.** (...)

A Indonésia tem a oportunidade de retirar o espinho de Timor-Leste, de abandonar o exercício de colonialismo terceiro-mundista, que constituí um embaraço persistente para um país que procura o respeito e um papel mais importante".

(*Washington Post - editorial 20/11/91*)

Uma ilha de opressão

Dois massacres de civis timorenses levaram, de força, este povo esquecido e brutalizado frente à consciência do mundo. A resistência diz que a anexação indonésia custou a vida à cerca de 200 000 civis durante os 16 últimos anos.

Portugal fez apelo às Nações Unidas para que elas intervenham nesta ocupação ilegal. Mas as grandes potências democráticas - América, Europa e Japão - não mostraram até hoje uma vontade séria de pôr fim aos crimes contra a humanidade praticados pelo Governo indonésio em Timor-Leste. (...)

A Grã-Bretanha, como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, poderia fazer pressão no sentido de realizar um referendo em Timor-Leste, sob o patrocínio das Nações-Unidas... **Um tal plebiscito seria o único meio justo para saber se os timorenses desejam continuar como parte da Indonésia**, voltar à união com Portugal ou, o que é mais provável, tornar-se independentes. Os timorenses têm direito a essa escolha. (*The Times - editorial 22/11/91*)

Preocupar-se não é suficiente

(...) **Os antigos Estados Clientes da antiga guerra fria deveriam ser olhados de maneira mais crítica. Ouvimos tantas vezes dizer que a democracia e os direitos humanos são indivisíveis que começamos, realmente, a acreditar nisso. Os ventos novos têm também efeitos no interior destes Estados, onde as forças democráticas locais ganham coragem para levantar a voz.** Vimos ontem uma manifestação sem precedente em Jacarta, contra os massacres de Dili, enquanto organizações de direitos humanos indonésias expõem-se a ser punidas por propor que seja o próprio território a conduzir o inquérito.

(*The Guardian - editorial 20/11/91*)

Lágrimas para os timorenses

Timor quê? è dessa maneira que muitos americanos poderão reagir aos massacres de Timor-Leste (...)

Portugal tem razão quando apela à realização dum inquérito internacional e rejeita a fantochada do inquérito prometido pela Indonésia.

As Nações Unidas já esqueceram a sua própria condenação anterior, da ocupação territorial indonésia. Àpedido das Nações Unidas, tropas indonésias participarão numa força de paz para o Saara ocidental, transformando o ladrão em policia.

Fazer distinções entre a tomada de Timor-Leste pela Indonésia e a anexação do Koweit pelo Irak, é falsear o direito e a lógica.

Washington apenas murmurou a sua desaprovação da invasão indonésia. A Indonésia é, evidentemente, demasiado importante, e Timor-Leste demasiado pobre, para provocar indignação noutro lugar que não for Portugal.

(*New York Times - editorial 22/11/91*)

O Tienanmen da Indonésia

O Governo indonésio reage em pânico, desafiando a reacção mundial crescente ao massacre de manifestantes timorenses pela independência em 12 de Novembro - um Tienanmen indonésio. (...)

A prioridade imediata é de manter a veemência desta reacção e de colocar observadores em Timor-Leste para impedir futuras represálias contra os independentistas. A Austrália pode contribuir de maneira especial: suspender o seu acordo com Jacarta sobre a partilha do petróleo no mar entre seu território e Timor.

Esforços paralelos deveriam ser feitos para tratar das bases políticas do problema. Isto significa ir além da condenação e do inquérito imparcial, e organizar uma forma de autodeterminação. As Nações Unidas seriam as mais aptas para resolver esta questão.

Se a Indonésia tem razão quando diz que levou prosa prosperidade e a luz em Timor, ela não deveria recear uma consulta livre. O Presidente Bush, libertador do Koweit, deveria fazer disto a sua prioridade política

(*Washington Post - editorial 9/12/91*)

Reacções oficiais internacionais

A Comunidade Europeia, os EUA, o Japão, a Austrália, os países escandinavos, o Vaticano e outros manifestaram, de uma forma ou outra, a sua condenação pelo massacre de Santa Cruz. Vários países exigiram um inquérito imparcial e sob controlo internacional. Uma meia dúzia de países foi mais longe e decidiu rever ou suspender a atribuição de ajudas económicas à Indonésia, até que se conheçam os resultados do inquérito.

Que restará, por trás das palavras, assim que passar a emoção provocada na opinião pública? Quantas dessas declarações não terão tido como função principal, se não única, a de satisfazer essa opinião? Infelizmente, já há sinais dessa duplicidade.

Há por vezes uma grande distância entre as posições dos parlamentos e as decisões dos governos, mais sensíveis às questões da gestão corrente.

ONU

Assim que se teve conhecimento do massacre de Díli, o secretário-geral Perez de Cuellar fez votos para que se tomassem medidas práticas destinadas a evitar, de futuro, a repetição de situações idênticas. Depois anunciou a intenção de enviar Amos Waco, relator especial da ONU sobre as execuções extra-judiciais, a Jacarta, a fim de preparar com as autoridades indonésias o envio de uma "missão totalmente independente e imparcial".

"Uma missão da ONU seria uma ingerência nos nossos assuntos internos [!]", declararam perante o Parlamento os representantes do exército (Hartono) e do Golkar (Sambuaga). *[! A ONU nunca reconheceu a integração de Timor Leste na Indonésia]*.

"Se é verdade que o secretário-geral da ONU quer enviar um representante para uma simples visita, talvez aceitemos, mas se quiser negociar o envio de uma missão de inquérito a Timor Leste, o problema será diferente. Seria necessário que a Indonésia estivesse de acordo" *(porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros - Indonesia Observer, 4/12).*

"Sempre cooperámos com a ONU e não vejo por que razão o enviado do secretário-geral não seria bem recebido", afirma Ali Alatas em Dezembro; contudo, em Janeiro esclarece que aceitará a visita do representante do secretário-geral mas recusará uma comissão de inquérito.

Não só a visita de Amos Waco foi adiada para 8 de Fevereiro de 1992, perto de três meses após o massacre, pelas dificuldades colocadas pela Indonésia, como o presidente da Amnesty International, Ian Martin, advertiu que tal visita será "insuficiente" se não servir para fixar as condições de um inquérito completo e independente ao massacre e aos acontecimentos que se seguiram.

Em Fevereiro, Amnesty International entrega ao secretário-geral da ONU os nomes de 65 timorenses que continuam detidos na sequência destes acontecimentos; os nomes de outros estudantes presos, em particular em Malang, Jojacarta e Salatiga, três cidades da Indonésia, continuam por revelar.

África do Sul

O problema de Timor merece uma atenção imediata e deve ser resolvido neste quadro da ONU, declara Nelson Mandela perante a Assembleia Geral das Nações Unidas.

Austrália

Bob Hawke, primeiro-ministro, qualifica de "tragédia horrível" o massacre de Santa Cruz e de "repugnante" a afirmação do general Try Sutrisno de que "era necessário matá-los".

Philip Flood, embaixador em Jacarta, visita Díli. Calcula que houve mais de 100 mortos.

O Partido Trabalhista, no poder, aprova por unanimidade uma resolução em que se declara que é preciso "ter em conta antigas necessidades e aspirações do povo timorense".

Mas o ministro dos Negócios Estrangeiros, Gareth Evans, foi a Jacarta para assinar com a Indonésia os acordos sobre a exploração do petróleo do mar de Timor... e o exército australiano treina, no Warfare Centre Canunga, militares indonésios para dirigirem as tropas especiais contra a resistência timorense.

O novo primeiro-ministro, Keating, declara-se satisfeito com os resultados do inquérito realizado pela Indonésia.

Canadá

O Canadá é o primeiro país a anunciar que reconsiderará a ajuda económica que presta à Indonésia. A 8 de Dezembro, anuncia a suspensão de todos os projectos de ajuda directa ao Governo, ou seja, 27 milhões de dólares americanos.

China

Alvo de manifestações críticas recordando o massacre de Tienanmen, o primeiro-ministro Li Peng afirma, no decorrer de uma visita a Portugal, que este país não tem nada a dizer sobre Timor, porque foi "o país colonizador". Até à sua reconciliação com a Indonésia, a China defendia a independência de Timor Leste.

Comunidade Europeia

O Parlamento Europeu (PE), a Assembleia parlamentar do Conselho da Europa (ACE) e a Assembleia parlamentar da UEO aprovaram resoluções sobre Timor Leste. Não só condenam este massacre, como "a violência contínua" desde 1975, reclamam a libertação dos presos (PE) e o acesso das organizações humanitárias a Timor (ACE + UEO), mas também o embargo das vendas de armas à Indonésia. O Parlamento Europeu pede também um inquérito ao massacre de Santa Cruz e condiciona aos seus resultados a ajuda económica à Indonésia. A ACE e a UEO exigem, além disso, a retirada das forças armadas indonésias de Timor Leste e a preparação de condições que conduzam o povo de Timor Leste à autodeterminação e à independência. Os ministros dos Negócios Estrangeiros da Comunidade Europeia e da UEO condenam a violência e pressionam o Governo indonésio a pôr-lhe fim. "Afirmam com veemência o seu apoio" a uma solução "que respeite os princípios da Carta das Nações Unidas", "a defesa dos direitos do homem e das liberdades fundamentais" e o respeito pelos interesses e aspirações legítimas da população daquele território".

A 3 de Dezembro, os ministros sublinham a importância das recentes decisões da Comunidade Europeia que fazem depender as ajudas ao desenvolvimento do respeito dos direitos humanos por parte dos países receptores dessa ajuda, e anunciam que "reexaminarão a cooperação entre a Comunidade Europeia e a Indonésia à luz das orientações e regulamentos acima visados e tendo em conta a reacção das autoridades indonésias".

Dinamarca

O Governo dinamarquês anuncia a suspensão da ajuda económica do seu país à Indonésia, no valor de 4 milhões de dólares. O restabelecimento desta ajuda dependerá da reacção das autoridades ao inquérito em curso *(12/12).*

Grã-Bretanha

O Governo convoca o embaixador indonésio para lhe manifestar a sua "séria preocupação".

A comissão dos Direitos do Homem do Parlamento britânico ouve três dos jornalistas presentes em Díli no dia do massacre e publica os seus testemunhos.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros declara, no fim de Janeiro, que a Grã-Bretanha quer um inquérito sobre as diferenças relativas ao número de mortos e sobre a grande quantidade de desaparecidos. Solicita também decisões claras sobre a punição dos responsáveis.

Holanda

O Ministro dos Negócios Estrangeiros declara, numa carta ao Parlamento, ter chegado à conclusão de que o massacre de Díli foi um acto deliberado dos militares indonésios, e não um impulso súbito.

A Holanda, que tinha suspendido a concessão de quaisquer novas ajudas económicas à Indonésia até que a situação em Timor Leste ficasse esclarecida, considerou-se satisfeita com o inquérito indonésio. O Parlamento opõe-se a que se retomem os programas de auxílio.

Japão

Uma missão diplomática visita Díli, mas declara não ter podido chegar a conclusões sobre o que se passou. O primeiro-ministro afirma a 24/12 que os problemas de Timor Leste e da Birmânia são importantes, e que o Japão os tomará em consideração quando decidir sobre a ajuda económica. Em Fevereiro, anuncia a sua satisfação pelo inquérito indonésio.

Vaticano

No seu discurso perante o corpo diplomático, a 11 de Janeiro, João Paulo II fez referência a Timor Leste: "Não gostaria de concluir este breve relance sobre a Ásia sem evocar um foco de tensão permanente: Timor Leste, que tive a grande alegria de visitar. Como já recordei em diversas circunstâncias, impõe-se um diálogo persistente."

Pouco depois do massacre, o Vaticano substituíra o seu embaixador em Jacarta, monsenhor Canalini, acerca de quem o clero timorense há muito se queixava. Posteriormente, o Papa enviou um representante especial com a missão de visitar e confortar a Igreja timorense.

Escandinávia

A Finlândia, a Noruega e a Suécia entregam um protesto conjunto aos embaixadores da Indonésia nos respectivos países.

Portugal

Portugal propôs ao novo secretário-geral da ONU o estabelecimento de um diálogo político directo e sem condições prévias, entre Portugal, a Indonésia e os representantes do povo timorense, com vista a encontrar "uma solução justa, global e aceitável à luz do direito internacional".

Esta proposta, que obteve o acordo dos ministros dos Negócios Estrangeiros da Comunidade Europeia (3 de Fevereiro), ainda não tinha recebido, nessa altura, resposta oficial da Indonésia. Um conselheiro do presidente Suharto, F. Lopes da Cruz, declarou que a Indonésia recusaria esta proposta, porque seria o mesmo que reconhecer que os timorenses não são indonésios.

EUA

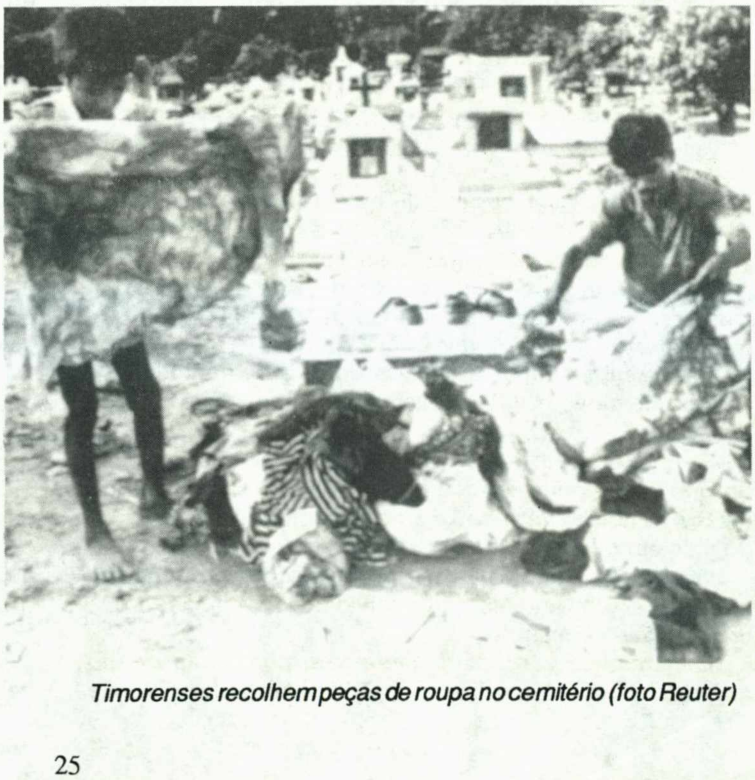
Os EUA condenaram o massacre e exigiram um inquérito completo aos acontecimentos *(12/11).* Diplomatas da embaixada dos EUA em Jacarta que visitaram Díli calcularam que o tiroteio provocou entre 75 e 100 mortos.

James Baker viu o filme do massacre e qualificou de "grotescas" as imagens dos timorenses desarmados mortos no cemitério de Santa Cruz, afirma o porta-voz da Casa Branca *(Público 23/11).*

O Senado aprovou por unanimidade uma resolução que pede ao presidente Bush "a suspensão imediata de todos os programas de auxílio ao treino militar das Forças Armadas indonésias". Mas o Departamento de Estado fez saber que não suspenderia esta ajuda, que "visa pôr os militares indonésios em contacto com os princípios democráticos e humanitários".

O porta-voz da Casa Branca afirmou sucessivamente a satisfação dos EUA pela constituição de uma comissão de inquérito pelo presidente Suharto, e depois pelo seu relatório, considerado "sério", "responsável" e "verosímil".

Cinquenta e dois senadores escrevem a Georges Bush: "Estamos conscientes de que o Departamento de Estado reconheceu formalmente alguns aspectos do problema de Timor Leste. Apesar disso, à luz dos continuados relatos de repressão, parece aconselhável uma acção mais forte".



Timorenses recolhem peças de roupa no cemitério (foto Reuter)

Na Indonésia: as reacções internacionais

O massacre de Díli, mas sobretudo a repercussão que teve na imprensa internacional e junto de governos estrangeiros, tiveram como efeito que na própria Indonésia houvesse quem colocasse questões. Algumas pressões, ainda que tímidas, provocaram trocas de opinião numa imprensa que não é livre, mas que soube aproveitar a circunstância para levantar o problema político da integração de Timor Leste. *

As organizações indonésias de defesa dos direitos do homem foram as primeiras a reagir. Desde há anos que prestavam cada vez mais atenção aos problemas de Timor Leste. Alguns dos seus membros associaram-se à manifestação dos estudantes timorenses em Jacarta. Vários dos seus dirigentes sofreram as consequências desta atitude: Poncke Princen, presidente da Liga para a Defesa dos Direitos do Homem (LPHAM); Indro Tjahjono, da Frente Indonésia para os Direitos do Homem (Infight); e Yopie Lasut, da Fundação Vida Nova (Hidup Baru) foram convocados pelo Bakorstanas, serviço de segurança. Os dois primeiros foram interrogados durante 8 horas a 20 de Novembro, e ainda nos dias seguintes, enquanto que Yopie Lasi preferiu esconder-se durante alguns dias. Uma delegação, em que estava também incluído o Instituto de Apoio Legal, foi impedida de visitar Díli, como era sua intenção.

Os estudantes indonésios membros do Fórum dos Senados Estudantis debateram o massacre na sua reunião nacional, a 20 e 21 de Novembro, em Bandung. Organizaram uma manifestação de protesto e os representantes de 11 universidades e institutos superiores assinaram um documento em que declaram nomeadamente:

"Pedimos ao Governo indonésio que constitua uma equipa internacional (Nações Unidas) para conduzir um inquérito objectivo e independente, e que dissolva a Comissão Nacional de Inquérito, cuja independência não é digna de confiança, porque é formada por pessoas próximas do Governo.

Pedimos ao Governo indonésio que retire sem tardar todas as Forças Armados de Timor Leste, e que dê ao povo de Timor Leste liberdade total para exercer o direito à autodeterminação, de forma a pôr fim a qualquer novo derramamento de sangue."

(*Tapol, The Indonesian Human Rights Campaign, 2/12*)

A Conferência dos bispos católicos da Indonésia, depois da visita a Díli (de 22 a 26/11) do seu chefe do departamento de informação, Romo Alfons, publica um comunicado:

"Muitas famílias desconhecem ainda se alguns dos seus membros estão vivos ou mortos... A identidade dos que foram mortos não foi revelada.

Não se sabe o número dos que morreram... muitos falam de três camiões, muitos dizem que foram mais de 100 pessoas.

Se o exército pretende ter agido em legítima defesa porque tinham sido feridos dois soldados, então por que razão o tiroteio se verificou diante do cemitério, muito longe do sítio em que os dois soldados foram feridos?

O rumor segundo o qual ainda terá havido execuções na tarde de 12 de Novembro faz duvidar da veracidade das declarações do exército.

Lamentamos verdadeiramente que, por causa de um grupo das Forças Armadas, a integridade moral, a dignidade e a credibilidade da Nação tenham sido postas em causa aos olhos do mundo e do nosso próprio país."

(Indonesia Publications e Tempo 7/12).

Estas posições são ainda isoladas e têm fraco acolhimento na imprensa indonésia, habituada a praticar a autocensura para evitar cortes forçados. É nas entrelinhas das declarações oficiais que os indonésios se apercebem do que as autoridades chamam "o incidente de Díli".

À medida que se acentuam as críticas internacionais, as autoridades refutam-nas e os seus desmentidos ou protestos são publicados na imprensa local, abrindo assim a porta a uma maior quantidade de informações e ao relato dos factos que provocaram as críticas.

A rolha da censura só saltou de facto quando o presidente Suharto foi obrigado, sob a pressão internacional, a anunciar a constituição de uma comissão de inquérito.

O lugar que a imprensa então reservou à questão de Timor aumenta subitamente e mostra bem a importância do problema (o semanário 'Tempo', por exemplo, que não tinha falado do massacre na sua edição de 16 de Novembro, consagra três "dossiers" sucessivos a Timor Leste: 14 páginas a 23/11, 15 páginas a 30/11 e 15 páginas a 7/12).

Mais do que o massacre, são as repercussões para a Indonésia que provocam interesse e preocupação. Muitos jornais assumem as acusações das autoridades contra "as informações deformadas da imprensa estrangeira". **'Media Indonesia' encoraja a imprensa nacional a "contrabalançar as informações da imprensa ocidental"**, enquanto que 'Indonesia Times' anuncia que vai ser lançada uma campanha de "lobbying" pelos conglomerados económicos e especialmente pelo Tio Liem, o homem mais rico do país e homem de negócios do presidente Suharto *(Público 23/11).*

A imprensa refere manifestações diante das embaixadas indonésias em certos países, as exigências de um inquérito internacional, as suspensões de ajuda económica decididas por alguns governos. O Governo considera que as "reacções são desproporcionadas" (Jakarta Post e Indonesia Times), mas as contra-reacções são-no ainda mais:

O 'Tempo' considera que **os países ocidentais "fazem chantagem" ao condicionarem a sua ajuda económica ao respeito dos direitos do homem** *(30/11).*

O vice-presidente da Comissão de Segurança Interna, Oka Mahendre, declara, indignado: "Só um país totalitário ou anárquico pode querer forçar a vontade de um outro país."

'Berita Buana' critica o Ocidente e os seus princípios humanitários, e também "a prática democrática por parte do povo de Timor Leste, que é ainda demasiado ocidental". *(20/11).*

**[Nestas páginas utilizamos notas sobre a imprensa indonésia de "Agir pour Timor" - Paris]*

provocam um exercício de democracia

Mas, no meio dos desmentidos e protestos, aparecem também dúvidas.

“Onde nos enganámos?” titula o semanário ‘Tempo’ de 30 de Novembro. Muitos jornais tentam trazer elementos de resposta a esta questão: as violações dos direitos do homem, a economia, a falta de empregos, o peso exagerado dos imigrantes (indonésios) em detrimento dos habitantes timorenses, a falta de trato humano, a ausência de reconhecimento dos timorenses por tudo o que a Indonésia fez por eles... É urgente assegurar **“a realização rápida de um inquérito imparcial para garantir a credibilidade da Indonésia”**, escreve o ‘Jakarta Post’, pois **“as feridas abertas levam muito tempo a sarar, se os problemas e as suas causas não forem imediatamente atacados”.** Entre estas causas, o jornal sublinha **“a competição entre a população local e os imigrantes recém-chegados de outras partes do arquipélago”.**

Uma questão política

“O exército é sempre o exército do povo”, afirma o chefe do estado-maior, o general Try Sutrisno (*Suara Pembaruan 22/11).* Será que os indonésios começam a duvidar disso e que é necessário recordar-lho?

“Sejam quais forem as resoluções que a ONU votar sobre Timor Leste, esta província é uma parte inseparável da Indonésia”, afirma Sudomo, o ministro dos Assuntos Políticos e de Segurança *(Jakarta Post 3/12).* Esta afirmação pode ser importante para o regime, quando a opinião pública indonésia se apercebe de que os timorenses continuam a recusar essa integração, coisa de que já deviam suspeitar, mas sobretudo quando se apercebem de que o silêncio complacente da comunidade internacional tem limites e que talvez o exército indonésio tenha passado das marcas.

Yusuf Wanandi, director do Centro de Estudos Estratégicos de Jacarta, que não pode ser considerado uma “pomba”, declara que **“este incidente deita por terra 15 anos de esforços para a integração de Timor Leste na Indonésia”**. M. Carrascalão tira a mesma conclusão a respeito dos 9 anos que passou como Governador de Timor Leste.

“É necessário reanalisar a política indonésia em relação a Timor Leste”, sugere o deputado Marzuki Darusman, membro do partido governamental.

“O Governo precisa de tomar contacto com as pessoas que até agora foram a favor da desintegração, isto é, a Fretilin”, afirma o conselheiro timorense do presidente Suharto, Francisco Lopes da Cruz.

O ministro do Interior rejeita como desadequada uma solução que foi várias vezes sugerida, a de uma certa autonomia de Timor Leste dentro da Indonésia, a exemplo das províncias de Aceh (Samatra Norte) e Jojacarta (Java Central) que gozam do estatuto de ‘territórios especiais’.

“Posso mudar de nome agora, mas o que é que isso adianta? Não há nada de especial na administração das duas províncias especiais de Aceh e Jojacarta”, que obtiveram esse estatuto pelos contributos que deram durante a guerra de independência *(Jakarta Post 4/12).*

As questões começam a colocar-se. As reacções internacionais tiveram o mérito de as provocar! O argumento mais forte terá sido, sem dúvida, o das ajudas económicas.

Ajuda económica externa

Viu-se, no caso da África do Sul, que a pressão económica permitiu desbloquear o problema do apartheid, embora o Governo não estivesse nada interessado em fazê-lo. As primeiras ameaças de suspensão da ajuda económica à Indonésia parecem ter sido suficientes para que um regime completamente oposto a esta ideia nomeasse uma comissão de inquérito.

A Indonésia é particularmente sensível às sanções no aspecto das ajudas económicas. Goza neste momento de uma ajuda externa perfeitamente excepcional, que correspondeu, no ano passado, a 25,57% do orçamento de Estado. Os Países Baixos e o Canadá decidiram suspender o seu auxílio, até que se esclareça o massacre de Díli.

Certas reacções foram de irritação: o ‘Tempo’ fala de “chantagem”, e o parlamentar Imron Rosyadi diz que “a Holanda foi demasiado longe”.

Outros tentam minimizar os efeitos: o economista Kwick Kian Gie, fingindo ignorar o papel de liderança da Holanda neste processo de coordenação das ajudas, declara que isso não terá impacte, “porque a Holanda não é um grande doador” *(Jakarta Post 25/11)*

Na realidade, há uma grande inquietação; um alto funcionário, que prefere que não se cite o seu nome, fala do “medo do efeito de dominó”. Se a Holanda e o Canadá forem os únicos a retirar o seu apoio, não terá grande importância, porque não são grandes doadores, mas se o Japão lhes seguir o exemplo, isso provocará um défice orçamental *(Tempo 7/12).*

“Se não houver um inquérito detalhado e credível, a Indonésia seguirá o exemplo da China depois do massacre de Tienanmen, mas o país não pode dar-se a esse luxo, se quiser salvaguardar o seu desenvolvimento político interno e a sua reputação internacional” *(Yusuf Wanandi).*

“Esperamos que os países que cooperam economicamente connosco tenham a maturidade suficiente, antes de se lançarem em medidas políticas e económicas”, diz Ali Alatas *(Tempo 7/12).*

Algumas organizações democráticas indonésias já tinham pedido antes ao ministro holandês Jan Pronk, presidente do IGGI (organismo internacional que coordena as ajudas económicas governamentais à Indonésia) que utilizasse essa arma em favor da democratização do regime. A Comunidade Europeia decidiu, no fim do ano passado, condicionar as suas ajudas ao respeito dos direitos do homem nos países receptores. Deveria usar a sua influência para fazer adoptar este princípio no seio do IGGI.

Comissão de Inquérito

A realização dum inquérito imparcial para determinar as causas e responsabilidades do massacre de uma multidão desarmada pareceria completamente normal na maior parte dos países, mas não o era na Indonésia, por razões evidentes:

- **"As Forças Armadas indonésias não podem ser postas em causa"** (*General Nurhadi Purwosaputro - Kompas, citado em The Nation, Bangkok*)
- **"Não interessa saber se cometemos erros ou não"** (*general S. Panjaitan - Tempo 7/12*)
- **"A responsabilidade do Exército não pode ser encarada"** (*gen. Try Sutrisno - Indonesian Times 14/11*)

A pressão internacional ia obrigar as autoridades indonésias a rever a sua posição e, apesar de manifestarem agastamento, esboçam um recuo:

- **"Sem que seja necessário que no-lo seja pedido, vamos inquerir sobre estes acontecimento que, aliás, também lamentamos".** (*general Try Sutrisno*)

A sua Composição,

Encorajados pela pressão internacional e pela decisão do Presidente, alguns jornais e personalidades manifestam a sua admiração e ousam emitir algumas opiniões relativamente à composição da referida comissão:

- **"Nunca, na história do país, foi criada uma comissão deste tipo ou, pelo menos, nunca um assunto desta natureza foi tornado público; no entanto, face à pressão internacional, não havia outra alternativa."** (*Editorial do Jornal Berita Buana, 18/11*)
- **"A composição da Comissão de inquérito é vital para assegurar a credibilidade do inquérito".** (*The Indonesian Observer*)
- **"É verdade que se trata de um assunto interno, mas se outras pessoas pretendem obter informações rigorosas e exactas devemos permitir que o façam. Quando se trata de questões de direitos humanos, em qualquer parte do mundo, o assunto é da responsabilidade de toda a espécie humana".** (*Abdurrahman Wahid, presidente do Nahdatul Ulama, importante grupo muçulmano*)

Os membros da comissão são:

- **M. Djaelani**, antigo general, membro do Supremo Tribunal.
- **Hari Sugiman**, antigo general e director do SOSPOL, polícia encarregado do controlo de organizações sociais.
- **Sumitro**, vice-almirante e inspector geral das Forças Armadas.
- **Hadi Wayarabi**, chefe de serviço no Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- **Anton Suyata**, inspector geral no Ministério da Justiça, ambos formados na Academia Militar de Lois.
- **Ben Mang Reng Say**
- **Clementino dos Reis Amaral**, timorense do leste, ambos deputados do Golkar, partido governamental.

Mas é unicamente para acalmar os protestos internacionais e afastar o espectro de um inquérito internacional:

- **"Somos um Estado soberano e não deixaremos ninguém imiscuir-se nos nossos assuntos internos"** (*general Try Sutrisno - Indonesian Times 14/11*)
- **"Não queremos interferência de investigações estrangeiras"** (*General Nurhadi Purwosaputro - Kompas, citado em The Nation, Bangkok*)
- **"Permitir a um país estrangeiro participar no inquérito sobre o incidente era injustificável, pois poderia pôr em causa a credibilidade da Indonésia".** (*M. Carrascalão*)

Ao aperceber-se que uma comissão de inquérito militar não conseguia desarmar as críticas, o Presidente Suharto anuncia a constituição de uma comissão "civil", tarefa difícil num país onde, não apenas o Presidente é um general que se mantém como chefe de Estado há 26 anos, mas também onde os militares se encontram em todos os níveis do aparelho de Estado.

O Instituto de Ajuda Legal, organização indonésia de defesa dos direitos do homem, sugere que membros de organizações não governamentais e jornalistas façam parte da comissão e a Liga para a Restauração da Democracia insiste num inquérito independente, mas em vão. **"Todas as pessoas escolhidas são funcionários do governo indonésio"** diz Michael Leifer, leitor dos Assuntos do Sudoeste Asiático na London School of Economics Affairs, o que contraria as normas definidas pela ONU em 1989 relativamente à constituição deste tipo de comissões. Os seus membros **"devem ser escolhidos tendo em conta a sua imparcialidade, competência e independência como indivíduos. Em particular, devem ser independentes de qualquer instituição, agência ou pessoa que seja o sujeito do inquérito".** (ECOSOC)

A Amnesty International e a Asia Watch, assim como o Conselho de Ministros e a Comunidade Europeia criticaram a composição da comissão, mas, outros Estados, que tinham reclamado um inquérito, pareceram satisfeitos e declararam aguardar as conclusões. Foi esta a posição assumida especialmente pelos USA, Japão e Austrália. A Austrália, nomeadamente, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Gareth Evans, desenvolveu esforços junto das autoridades indonésias, para que compreendessem que deviam fazer cedências para que tudo continuasse como anteriormente. "Penso que compreenderam" disse, satisfeito, no regresso de Jacarta.

O Secretário Geral da ONU, sem se pronunciar explicitamente sobre a comissão criada por Suharto, considerou-a no mínimo insuficiente, na medida em que propôs enviar um representante a Jacarta para aí estudar as condições de envio de uma missão de inquérito da ONU. O Governador de Timor Oriental rejeitou esta possibilidade declarando "isto provocaria novos problemas". Na realidade, o Governo indonésio receia qualquer inquérito que não possa controlar.

indonésia

sua evolução,

A composição da comissão leva José Ramos Horta, porta voz da resistência timorense, a afirmar **"Isto é o mesmo que pedir a Pol-Pot para investigar sobre os massacres de Khmeres-Vermelhos".**

Antes mesmo de partir para Dili os membros da comissão parecem querer dar razão a todas as críticas:

- **"O incidente de Dili foi provocado pelo governo português que criou uma organização contra a Indonésia e pôs os timorenses uns contra os outros".**
  (*Hadi Wayarabi - Suara Pembaruan 23/11*)
- **"Fui convidado pelo chefe da comissão de inquérito para lhe dar informações, na medida em que eles me consideram como alguém com experiência nos assuntos timorenses".**
  (*general Benny Murdani - Jakarta Post 26/11 - hoje Ministro da Defesa. Murdani foi, a partir de 1975, um dos principais responsáveis pela invasão e ocupação de Timor Oriental*)
- **"Um inquérito minucioso será conduzido contra os desordeiros"**
  (*Indonesian Times, 14/11*).
- **"Os timorenses serão considerados culpados até provarem a sua inocência".**
  (*Indonesian Times, 19/11*).

A Comissão dirige-se a Dili a 28 de Novembro. M. Carrascalão entrega-lhes dois relatórios (100 e 300 páginas) cujo conteúdo se ignora, mas o governador respondeu às perguntas feitas pelo jornal Kompas:

Q. - A comissão vai interrogar as famílias da vítimas?
R. - Sugeri um método para que as pessoas que desejam falar o possam fazer sem se exporem.
Q. - Os corpos das vítimas devem ser entregues aos familiares?
R. - Não tenho autoridade para responder e eu próprio não sei onde se encontram os corpos. Penso que se trata de uma decisão tomada a alto nível.
Q. - Há funcionários públicos prisioneiros?
R. - Ainda não li o relatório.
Q. - A população tem medo de dar informações?
R. - Quando encontram o governo [*governador*] **e pretendem dar informações pedem sempre que o seu nome seja mantido em segredo. Se a comissão fizer o mesmo, penso que o povo terá a coragem de falar.**

A comissão encontra também Mons. Belo que diz ao jornal Suara Pembaruan que **"a diocese possui actualmente uma lista de fiéis que ainda não regressaram às suas casas, particularmente nas paróquias de Dili". Mas o bispo "recusa dar à comissão o nome de testemunhas oculares que assistiram aos acontecimentos enquanto a comissão não garantir a sua segurança"**, segundo o jornal 'Tempo'.

O presidente da comissão diria mais tarde: **"Como é que a comissão podia saber que havia testemunhas oculares com quem podíamos falar? Isso é difícil. Não o podíamos saber a não ser que elas viessem pessoalmente ao nosso encontro...muitas testemunhas tiveram medo de falar com a comissão".**
(*Jakarta Jakarta 4-10/1/92*).

e as suas conclusões.

Alguns dias mais tarde e uma vez mais para apaziguar a opinião internacional, o relatório oficial declara que **"só foi possível confirmar 19 mortos e 91 feridos"** [números estes adiantados pelos militares], **mas que há índices suficientes para afirmar que o número de mortos foi cerca de 50 e o de feridos superior a 90. Reconhece, por outro lado, 90 desaparecidos.**

Este balanço é político, o número 50 foi decidido arbitrariamente em Jacarta, visto que os inquiridores apenas puderam constatar a existência de 18 cadáveres enterrados em Hera (o do neo-zelandês já tinha sido devolvido à família). É credível que, tal como diz o relatório, tenham procurado os trinta que, segundo eles, faltavam e não os tenham encontrado? Não foi o exército que os enterrou?

A comissão descreve três versões do tiroteio: sem pré-aviso, militares em formação dispararam sobre a multidão; uma granada foi lançada pela multidão que também tentou capturar as armas aos soldados, provocando o tiroteio; tiros originários de um grupo incontrolado da segurança precedeu o tiroteio. **A comissão não escolheu nenhuma das três versões, mas atribui a responsabilidade principal do massacre aos manifestantes, cuja maior parte teria sido manipulada ou mesmo forçada a participar por uma minoria que se opunha à Indonésia. Reconhece também que as forças de segurança excederam as normas aceitáveis em termos de mortos, feridos por tiros, bastonadas ou por outros meios.**

Os observadores consideram que, em função do regime militar indonésio, esta conclusão ultrapassa tudo o que até hoje se viu. Infight considera-a um "sério esforço" se a compararmos à prática habitual, mas declara **"Permanece a necessidade de uma comissão neutra sob os auspícios das Nações Unidas".**

Os generais Warouw e Panjaitan foram chamados às suas Unidades e substituídos nos seus postos de comando. Interrogado sobre estas conclusões Mons. Belo responde:

"Apenas pergunto: onde estão os 50 mortos de que fala a comissão, onde estão os cadáveres? Não me resigno, gostaria de saber onde estão muitos dos outros timorenses desaparecidos... À primeira vista parece claro que são os militares os únicos responsáveis...O Comandante é uma peça muito pequena em todo o sistema indonésio, o melhor seria que todos fossem substituídos e punidos".
(*Mons. Belo - Público 9/1/92*).

O general Syafei, sucessor de Warouw, declarou, à chegada a Dili, que ele "não seria tão paciente como o general Warouw".

Três testemunhas timorenses...

Guilherme dos Santos, presidente da Assembleia Regional
Manuel Carrascalão, irmão do Governador
Paulo ..., membro da Assembleia Regional

e três jornalistas indonésios...

aceitam correr riscos!

A publicação indonésia 'Jakarta Jakarta', no seu número de 4 ao 10 de Janeiro, publicou os depoimentos de testemunhas oculares do massacre de Dili. A publicação foi logo objecto de pressões, em particular do general Try Sutrisno, e o director da publicação decidiu o despedimento do director editorial Seno Gumira Ajidarma, e dos responsáveis pelo sector da política nacional, Usep Hermawan, e do sector artístico, Waskito Trisnoald.

Vários testemunhos são anónimos, para protecção dos seus autores; mas três testemunhas aceitaram ser identificadas, são membros da Assembleia Regional de Timor-Leste, um organismo criado pelos indonésios.

"Fui a Santa Cruz mesmo a tempo de ver o último cadáver e uma outra pessoa que estava a ser espancada por um 'oknum'".

[*'oknum' significa pessoa, indivíduo, tem uma conotação pejorativa*]

(*Guilherme dos Santos*)

"As pessoas que foram presas foram tratadas violentamente. Vi, por acaso, uma pessoa que provavelmente apenas estava desmaiada, mas mal aqueles indivíduos viram que ele tinha mexido a cabeça, desataram a bater-lhe com uma pedra. Vi também uma outra pessoa, que ainda estava viva, misturada,, dentro do camião, com os cadáveres; um dos indivíduos puxou-o para fora e bateu-lhe na cabeça, após o que o tornou a enfiar dentro do camião".

(*Manuel Carrascalão*)

"Quando saíram da igreja, começaram a gritar: 'viva Xanana! viva a Fretilin!', desfraldando bandeiras e tarjas anti-integração enquanto se dirigiam ao cemitério de Santa Cruz. Em frente das instalações do Kodim, perto do Palácio do Governador, um grupo de manifestantes foi provocado por um soldado. (...) Penso que havia três mil pessoas ou mais na manifestação. Os dois grupos da frente já tinham passado o Kodim e o grupo da retaguarda foi molestado por soldados que começaram a bater nos manifestantes com bastões de madeira, ferindo duas pessoas. Entretanto, na berma da estrada, um major tirava fotografias. Os manifestantes atacaram-no com uma faca. O grupo entrou em pânico e começou a correr, uns em direcção ao Palácio do Governador, outros para trás. Mas alguns estavam determinados a continuar e apanharam os dois grupos de frente. Continuei a seguir a manifestação no meu jipe porque vi que não havia ali pessoas mais velhas que pudessem evitar que acontecesse algo de mais grave.

Em frente do Hotel Resende estavam alguns agentes dos serviços de informação, vestidos à civil, que procuravam atingir os manifestantes com os seus bastões. Gritei-lhes que parassem. Um deles era da minha região e teve medo.

No cruzamento de Santa Cruz estavam três camiões cheios de soldados. E havia também cerca de 1500 pessoas, que se preparavam para depositar flores no cemitério. Havia dois tipos de tropas: uns envergavam uniforme militar completo mas não tinham armas de fogo, apenas baionetas; os outros vestiam apenas calças e tinham o tronco nu - e esses tinham armas de fogo. Começaram a preparar-se para disparar. Nessa altura, o seu comandante, que vestia uma T-shirt de camuflado e calças de uniforme, disparou um tiro para o ar e os soldados desceram dos camiões. Os que estavam de tronco nu e tinham metralhadoras começaram imediatamente a fazer fogo sobre os manifestantes. Todos os que vinham à frente iam caindo, à medida que iam sendo atingidos pelas balas. De imediato, os soldados que estavam fardados e tinham baionetas desceram dos camiões para ver se estava alguém ainda vivo, dando-lhes pontapés. As pessoas que pareciam mexer-se e estavam ainda vivas eram apunhaladas.

Testemunhei estas brutalidades durante cerca de dez minutos, mas a certa altura o comandante viu-me e disse-me para deixar imediatamente a área. Abandonei rapidamente Santa Cruz, mas, pouco tempo depois (mais ou menos três minutos), ouvi uma segunda rajada de tiros, que se prolongou durante cerca de dois minutos. Penso que pelo menos duzentas pessoas foram feridas. Fui direito a casa e já lá não voltei. Fiz um depoimento similar ao KPN (Comissão de Inquérito indonésia) e ao embaixador australiano, Philip Flood".

(*Paulo, membro da Assembleia Regional*)

a - Jacarta afirmava em 1979 que os guerrilheiros estavam reduzidos a "50 bandidos desarmados no extremo leste da ilha".

b - Em 1981, após a grande operação para a qual obrigou a população masculina de todo o território a participar, Jacarta afirmou que tinha vencido a guerra pela 2ª vez, e que, dos "50", restavam uns poucos "fugitivos".

c - Em 1983, após a recusa das Falintil de se renderem, Benny Murdani estabeleceu prazos, com muitas prorrogações, para a rápida e total exterminação dos "remanescentes da Ponta Leste". Para tal o general indonésio aplicou todo o arsenal bélico de que já dispunha, fornecido pelo Ocidente.

d - Em 1986/1987 Jacarta revê a sua estratégia e passa a utilizar a guerra de contra-guerrilha territorial para tentar exterminar o que restava dos "bandidos e ladrões que só sabiam roubar o comer à população".

e - Periodicamente, Jacarta declara que dezenas, se não mesmo centenas de guerrilheiros se rendem (mesmo quando são capturados depois de gravemente atingidos).

f - Depois do dia 12 de Novembro de 1991, 16 anos depois da invasão de 7 de Dezembro, os comandantes militares indonésios declaram em Dili, às suas tropas: "Nós vamos ao mato procurar os GPK (perturbadores da segurança, segundo a formula usada pelos indonésios) e não os encontramos; afinal de contas, os GPK existem tanto no mato como nas cidades, vivendo connosco!".

Creio ter respondido à sua pergunta, para finalizar lhe diria que ... continuamos exactamente os "50 fugitivos da Ponta Leste" desde 1979.

(*Xanana Gusmão, Janeiro de 1992*)

UDT
INDEPENDENCE

Deve ser mesmo difícil pensar-se, aí na Europa, que uma população devastada pela morte, totalmente amordaçada num pequeno território,
- não sabe ter medo,
- é capaz de buscar forças no seu desespero,
de desafiar quando está a morrer,
de renovar astúcias e ponderar motivos,
de moderar sentimentos e refazer energias,
equilibrar esforços e conter o ódio.

Nós próprios reflectimos intensamente sobre esta tenacidade,
nós próprios procuramos explicar o melhor que podemos esta inesgotável força de vontade (...)
Nós próprios ficamos a admirar, a pensar como é possível tanta força interior, quando a sua pele curtida nos horrores da guerra, vem sendo rasgada sem contemplação nem piedade, e vergastada por vexames que decompõe o seu corpo frágil.
Nós próprios perguntamos como é possível tanta grandeza de alma, que se agiganta suportando as dificuldades...

Uma Luta verdadeiramente de um Povo - que sabe sorrir a abafar o seu ódio mortal,
- que sabe ser dócil para ocultar a sua Luta
- que se deixa amansar para melhor se entregar à rebeldia,
- que se deixa bater para reforçar o seu ânimo,
- que se deixa insultar para formar o seu orgulho,
- que se deixa derrotar para procurar VENCER!
Uma luta, popular em essência! Uma luta, um empenhamento,
uma fé, uma esperança, um desejo: VENCER!

(*Xanana Gusmão, Janeiro de 1992*)